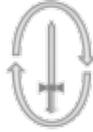




COLETÂNEA



CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO



CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO
CCOMSEx

COLETÂNEA DO EBLOG

Blog Oficial do Exército Brasileiro

1ª Edição



Brasília – DF
2016

Publicado por: Centro de Comunicação Social do Exército
Copyright © 2016 CCOMSEx

Gerente de Conteúdo: Elane Augusta de Freitas Cajazeira

Projeto gráfico, Capa e
Diagramação: 1º Sgt Juliano Bastos Cogo

Imagem de capa: 1º Sgt Juliano Bastos Cogo

EBLOG

160 p.

4

Todos os direitos reservados ao Centro de Comunicação Social do Exército – CCOMSEx

Setor Militar Urbano - Quartel General do Exército
Forte Caxias – Bloco B – Térreo
70 630 901 - Brasília - DF – Brasil
Tel 61 3415 6670

Este material poderá ser compartilhado, reproduzido ou retransmitido, desde que sejam citadas expressamente as fontes e mantida a integridade dos textos.

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CCOMSEx e do Exército Brasileiro.

COLETÂNEA DO EBLOG

Esta coletânea é constituída de artigos de colaboradores do EBlog (Blog Oficial do Exército Brasileiro) sobre assuntos de defesa e de interesse nacional.

Organização
Cel Nereu Augusto dos Santos Neto

Coordenação Geral
Gen Div Otávio Santana do Rêgo Barros

Apresentação

|
7
|

É com grande satisfação que o Centro de Comunicação do Exército edita esta coletânea de artigos do ano de 2016, escritos por personalidades de reconhecido saber e vivência militar, que objetiva a reflexão e o debate sobre questões de defesa e de interesse nacional.

A linha editorial adotada prioriza os textos destituídos do formato notícia e de críticas, tendo por base à seriedade com a qual os colaboradores empreendem seus trabalhos.

Assim, esta obra procura agregar informações atualizadas, persuasivas e direcionadas, especialmente, para os segmentos com potencial influência e formadores de opinião na população nacional e internacional.

Desse modo, o CCOMSEx sente-se orgulhoso em abrir espaço para materialização de novos pensamentos e opiniões, contribuindo para “comunicar o Exército” e reafirmar sua missão precípua: “preservar e fortalecer a imagem da Força”

Boa leitura a todos!

Gen Div Otávio Santana do Rêgo Barros
Chefe do CCOMSEx

Sumário

|
9
|

General de Exército EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

Jarbas Passarinho, antes de tudo, Coronel do Exército Brasileiro..... 14

General de Exército R/1 ALBERTO MENDES CARDOSO

O comportamento militar 18

Sobre política, estratégia e segurança nacionais..... 21

Nós e as instituições permanentes..... 25

Chefia com liderança e disciplina consciente 27

JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO

Guerreiras do Brasil 30

General de Exército R/1 PAULO CESAR DE CASTRO

Coessão..... 32

O Soldado, a família e o idioma..... 34

General de Divisão EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO

A reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas e os efeitos na redução de gastos do governo..... 38

Especificidades da carreira militar: a dedicação exclusiva e a disponibilidade permanente 40

Despesas com militares: a busca pela equidade e isonomia 42

General de Divisão R/1 ANTONIO CÉSAR GONÇALVES MENIN

Longevidade - viver mais já é uma realidade..... 48

General de Brigada ANTONIO MANOEL DE BARROS

Zoo do CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva – patrimônio da Amazônia e do Exército Brasileiro..... 52

Brigadeiro ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS

Programa Calha Norte – há 30 anos contribuindo para o desenvolvimento e a soberania nacionais 56

General de Brigada R/1 LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA

Imprensa livre e imparcial 60

A defesa precisa de integração estratégica 63

Desembargador ROY REIS FRIEDE

Ressuscitar a guerra fria: <i>yes, we can!</i>	68
A verdade necessária sobre as violações de Direitos Humanos e a CNV	70

Coronel WESLEY VANNUCHI

O aspecto multidimensional do programa “ação contra minas”	74
Breves reflexões sobre o Direito Internacional e as minas antipessoais	77

Coronel HÉLIO FERNANDO ROSA DE ARAÚJO

A imprescindível contribuição das Forças Armadas ao Brasil	82
--	----

Coronel JACINTHO MAIA NETO

Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEX)	86
--	----

Coronel GIOVANI MORETTO

A sociedade e a sua proteção pela atividade de inteligência	90
---	----

Coronel ANDRÉ LUÍS CORREIA DE CASTRO

A comunicação social do Exército nos jogos Rio 2016	94
---	----

Coronel ALESSANDRO VISACRO

Legitimidade: a dimensão estratégica das ações táticas	100
Por que transformar o Exército?	102
Adestramento cultural	106

Coronel R/1 MÁRIO HECKSHER NETO

Inteligência emocional e liderança	110
Breve estudo da ética e da moral e dos seus efeitos na liderança	113
Seria a humildade uma característica individual que favorece a liderança?	115
Mulheres combatentes e liderança militar	117

Coronel R/1 MOACIR WILSON DE SÁ FERREIRA

Soberania e defesa nacional: desafios da sociedade brasileira	122
---	-----

Tenente Coronel ALEXANDRE SCHOLTZ

Comunicação institucional formando opiniões: o estudo de caso sobre o gibi Recrutinha	126
---	-----

Major JOSÉ ROBERTO PINHO DE ANDRADE LIMA

“Saúde única” e operacionalidade nas missões de paz: o papel estratégico do veterinário militar 134

Major CRISTIAN CRISOSELIS GOMES

Colégios Militares do Exército Brasileiro – compromisso com a formação de jovens calcada em valores éticos e morais..... 138

Major MAURÍCIO JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA

O integrante do Exército Brasileiro e a sua importância como comunicador social no século XXI 142

Major ADRIANA FERREIRA RIBEIRO DE CASTRO

Exército Brasileiro – “Braço Forte, Mão Amiga” 148

Capitão RICARDO RIBEIRO DE MELLO

O ensino do Direito Internacional do Conflito Armado na formação do Sargento combatente do Exército Brasileiro 152

KARINE CHACON BRASIL

Atuação da família militar na fronteira 156

General de Exército
EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

|
13
|

Comandante do Exército

JARBAS PASSARINHO, ANTES DE TUDO, CORONEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

General de Exército EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS
Comandante do Exército

Em 2013, ao receber, em cerimônia no Plenário do Senado, o diploma Professor Honoris Causa da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), Jarbas Passarinho disse:

*“Até o último suspiro da minha vida, terei a ambição de ver meu Brasil com uma sociedade solidária e fraterna, mesmo nas divergências, e não mais exportador de sobremesa e de grãos e minérios brutos”*¹. Se os brasileiros seguirem os exemplos deixados pelo Coronel Jarbas Passarinho em seus 96 anos de vida, o sonho que ele não conseguiu realizar, um dia, será realidade.

Em 06 de junho do corrente, o Brasil e o Exército despediram-se de um cidadão-soldado de quem devem e podem se orgulhar. Jarbas Passarinho marcou de forma indelével sua passagem na caserna e na política nacional pelo mérito próprio, intenso patriotismo, idealismo combinado com realismo e pela adesão a consagrados princípios cívicos, morais e éticos.

Jarbas Passarinho nasceu em Xapuri, no Acre, mas foi com a família para Belém do Pará quando ainda tinha três anos de idade. Nas escolas onde estudou, demonstrou extrema aptidão para a escrita e invulgar capacidade de comunicação oral, esta última um atributo básico de liderança, que iria evidenciar tanto na caserna quanto nas lides políticas. Em consequência, no ensino secundário em Belém, foi

¹ Fonte: MUNIZ, Ediney. Artigo em homenagem ao meu conterrâneo Jarbas Passarinho, morto hoje aos 96 anos. Axei Notícias, 2016. Disponível em <<http://www.axeinoticias.com/artigo-em-homenagem-ao-meu-conterraneo-jarbas-passarinho-morto-hoje-aos-96-anos/>>. Acesso em 06 jun. 2016.

presidente do Diretório do Colégio Estadual Paes de Carvalho e, na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, foi orador da sua turma de cadetes e presidente da Sociedade Acadêmica Militar². Sempre disse que sua vocação era militar, mas reconhecia ter aptidão para a política, como evidenciou nos estabelecimentos de ensino onde estudou.

No entanto, capacidade de comunicação não basta para fazer um líder. Jarbas Passarinho também se impôs pelos exemplos de austeridade, humanidade e camaradagem e pela competência profissional, fruto de sabedoria, qualidade dos possuidores de inteligência privilegiada quando a usam com critérios de justiça e nobreza de ideais.

Na publicação da Fundação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil, em homenagem a Jarbas Passarinho (06 junho 2016), fica evidente o nível de sua liderança militar: *“Como instrutor de Artilharia na AMAN em 1951-1952, seu conceito era tamanho entre os cadetes que, à sua revelia, o elegeram Patrono da Turma formada pela AMAN, o que não aceitou por questões de ética castrense”*.

Ele orgulhava-se profundamente de ser militar e de ter sido instrutor da AMAN, lembrando-se, frequentemente, de seus antigos cadetes. Foi governador do Pará, ministro de Estado por quatro vezes em pastas distintas, senador por três mandatos e presidente do Senado de 1981 a 1983. Sua longa passagem pela política foi marcada pela disposição de assumir posições firmes e corajosas em momentos decisivos da nossa história, nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Enfrentou desafios e ameaças sem perder suas crenças e ideais, sempre voltados ao bem comum e aos interesses da Nação. O acervo de realizações do político Jarbas Passarinho e sua conduta pessoal despertaram respeito, admiração e confiança em correligionários e opositores políticos, resultando na autoridade moral para manter sempre abertos os canais de diálogo, como interlocutor confiável nas lides legislativas, durante e após o regime militar. Alcançou, pelo mérito, o mesmo nível dos mais relevantes quadros da história do Legislativo brasileiro.

² **Fonte:** Roda Viva – Memória Roda Viva. Jarbas Passarinho, 1996. Disponível em <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/279/entrevistados/jarbas_passarinho_1996.htm>. Acesso em 06 jun. 2016.

Para o General Meira Mattos, um dos períodos de avanços mais positivos para a educação foi o da reforma implantada por Jarbas Passarinho quando Ministro da Educação e Cultura. Foi criticado por alguns setores por ter reduzido os espaços de métodos ideológicos e destrutivos dos valores consagrados da educação, limitado atividades subversivas de órgãos estudantis de caráter radical e ampliado o acesso ao então incipiente e privilegiado ensino superior. Alguns aspectos da organização do ensino, promovida pela reforma, perduraram por cerca de trinta anos, gerando o desenvolvimento do ensino superior desde a graduação ao doutorado. Ao contrário do que dizem os críticos, não descuidou do ensino básico, cujos resultados eram comprovadamente efetivos.

Os que conviveram pessoal ou profissionalmente com o Coronel Passarinho o consideravam uma pessoa desprovida de vaidades e radicalismos, de fácil convivência e que dedicava a todos um altivo e profundo respeito. Fosse o garçom, o ascensorista, a secretária, o chefe de gabinete ou uma autoridade, os atendia e tratava com a mesma fidalguia e bom humor. Conversar com ele era desfrutar de uma vibrante aula de brasilidade, equilíbrio e experiência.

Parafraseando o Almirante Tamandaré, insigne patrono da Marinha do Brasil, diremos que não só os que tombam, mas também os que, a exemplo de Jarbas Passarinho “*vivem pela Pátria não morrem, fundem-se em espírito a ela e têm vida eterna*”. O Exército se despede de seu ilustre filho, Coronel Passarinho, como gostava de ser chamado, mas a chama de patriotismo e integridade que emana de seus exemplos permanecerá viva e brilhante entre nós para sempre.

General de Exército R/1 ALBERTO MENDES CARDOSO

|
17
|

*Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República – 1995 a 2012*

O COMPORTAMENTO MILITAR

General de Exército R/1 ALBERTO MENDES CARDOSO
Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República – 1995 a 2012

18 | O contínuo estado de dúvidas e incertezas sobre qual País nós, brasileiros, queremos está presente desde sempre em nossa errática vida republicana. Como bactéria oportunista, ora aparece, ora mascara-se e volta a dissimular-se, latente, por períodos curtos. Ao espocar, traveste-se de crise política, econômica, fiscal, ideológica, social ou moral, na forma de algumas das múltiplas feições que essas áreas admitem. Em certos ressurgimentos, houve manifestação militar, com destaque para a Revolução Constitucionalista, em 1932, e para a Revolução contra a tentativa de cubanização do País, em 1964. Essa, mais profunda e duradoura, os fatos sugerem ter sido a derradeira.

Desde 1985, com o encerramento do quinto governo militar – diga-se de passagem, cinco ex-presidentes situados na faixa central da classe média típica, do início ao fim de seus mandatos –, houve fatos políticos com potencial para fazer reaparecer o tumor, a saber: a assunção de um vice-presidente eleito, devido à morte de um presidente, antes mesmo de sua posse; e o *impeachment* de dois presidentes, igualmente substituídos por seus vices. Contudo, o risco não se concretizou e a normalidade democrática foi preservada nas três ocasiões, tendo as substituições portado muito mais oportunidades de consolidação da democracia do que ameaças. Deixando à parte interpretações passionais, os três acontecimentos foram fatos históricos que nos passaram fortes sinais de maturação política da Nação. A democracia saiu deles mais robusta.

Um fator fundamental para esse fortalecimento tem sido a conduta equilibrada e estritamente constitucional das Forças Armadas. No

impedimento presidencial recente, o comportamento militar deixou sua marca de maturidade democrática em todos os momentos, incluindo o período anterior à abertura do processo no Congresso e as manifestações populares multitudinárias pacíficas, a favor ou contra. Confirmou-se a minha afirmação no artigo “O militar Perante a Crise – Atitudes e Comportamento”, escrito em junho, para a Revista DaCultura, prevendo como nos haveríamos: “Qualquer que seja o valor selecionado para embasar a análise da conduta das Forças Armadas durante a conjuntura de crise política, moral e econômica que assola o País, a conclusão apontará para um comportamento caracterizado pela maturidade, serenidade, expectativa, atenção, equilíbrio, disciplina, coesão e capacitação contínua para eventual emprego previsto pela Constituição. Isso não significa que as Forças estejam omissas ou não preocupadas com os possíveis desdobramentos dessa situação tão sensível. Simplesmente quer dizer que elas estão cumprindo o papel que lhes cabe na democracia e lhes é ditado pela Constituição, coerentemente com a cultura do militar profissional”. Tal previsão, muito fácil de fazer, é fruto de nossa predisposição para atitudes calcadas em valores culturais bem conhecidos, sempre praticados e, por isso mesmo, diariamente enrijados.

A conduta dos profissionais militares é externada a partir de predisposições conformadas por princípios repassados por gerações de camaradas. Tenho listado valores da cultura militar numa quantidade bem mais ampla do que nossos clássicos valores éticos e morais. Isso é óbvio, pois o conjunto todo abrange, por definição, o particular. Venho, também, enfatizando a importância de ter a consciência do cunho que eles imprimem à nossa participação na vida do País, como categoria profissional armada típica de Estado. Retorno às ideias presentes naquele artigo, para citar apenas as dez que, em meu juízo, vêm prevalecendo em nosso comportamento coletivo, nesse afloramento atual da afirmação democrática brasileira:

Democracia
Apartidarismo político
Vinculação ao Estado
Caldeamento com a Nação
Unidade da Nação
Responsabilidade para com a Nação e para com o Estado
União das três Forças Armadas
Autoridade
Hierarquia
Disciplina

20

Não obstante a prevalência desse verdadeiro decálogo, a observação e a análise da continuação de uma reação em escalada do grupo que, por mais de uma década, ocupou o poder central, levam à estimativa de que se deve intensificar e acrescentar à relação dos dez valores um corolário da *responsabilidade para com a Nação e para com o Estado*. Entenda-se essa ideia como o dever de estarmos em condições de responder por nossas obrigações institucionais. A proposição daí deduzida é a capacitação das Forças Armadas, visando a um eventual emprego operacional imposto pela Constituição e pela Lei Complementar; hipótese não desprezível.

Como chefe da Casa Militar e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (1995 a 2002), vivi, durante oito anos, o enfrentamento dos múltiplos focos do antraz da vontade de conquistar o poder a qualquer custo, em um longo “terceiro turno” ilegal. Agora, veem-se ensaios para manietar a operação Lava Jato; intrigas no Judiciário; invasões de ministérios; bloqueios de estrada e vias urbanas antecidos de escancarada logística de distribuição de pneus a serem queimados; protestos alegadamente pacíficos, seguidos de vandalismo; esforço orquestrado de intimidação da ação policial na contenção desses tumultos; e afrontamento à lei e à polícia. Todos fazem parte de um roteiro meticulosamente articulado, desde uma coordenação central, como indicam os acontecimentos. Por isso, penso que o tal “exército” irregular, tantas vezes brandido em arroubos midiáticos de palanque, está pronto e nas ruas, para as ações preliminares. Tudo era previsível e tende a crescer.

Quanto ao comportamento militar, continuará pautado pelas atitudes induzidas por aqueles dez valores culturais. Caso necessário, serão acrescentados de *visão operacional* e de *combatividade*, sempre sob o manto da Constituição Federal.

SOBRE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E SEGURANÇA NACIONAIS

General de Exército R/1 ALBERTO MENDES CARDOSO
Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República – 1995 a 2012

A Escola Superior de Guerra realizou, no dia 12 de julho, um seminário sobre Política e Estratégia Nacionais sob os enfoques de Relações Exteriores, Defesa Nacional e Segurança Nacional. Objetivo: criar insumos para o debate acerca da necessidade de uma normatização superior, que faça a integração dessas áreas. Participei, prazerosamente, com a abordagem de Segurança Nacional.

Por tratar-se de tema de grande importância profissional, julguei válido compartilhar este resumo daquele tipo de brainstorming na área que me coube.

A Segurança Nacional (SN) resulta de múltiplos fatores do Poder Nacional e sua abrangência extrapola, em muito, o rol das preocupações com a Defesa Nacional, que é um de seus componentes. Ela é a “condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e aos cidadãos, a garantia do exercício dos direitos e deveres constitucionais” (minuta da versão 2016 da Estratégia Nacional de Defesa).

Para bem compreender o alcance desse conceito, passemos os olhos por uma rápida lista de óbices e de oportunidades para a SN.

Constataremos que eles podem ser enquadrados nos campos do Nível Político (NP) da gestão do Estado; da própria SN; da Economia (E); do Desenvolvimento Nacional (DN); do Progresso Social (PS); da Segurança e Ordem Públicas (SOP), problema que extravasou dos domínios dos estados federados para o da União; das Relações Exteriores (RE); de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I); e da Defesa Nacional (DefN) – além de outros que você, leitor, selecione. Eis os exemplos (alguns aparentemente conjunturais, mas que, de tão recorrentes ou persistentes, geram consequências como se estruturais fossem):

Externos

Óbices

- Crimes transfronteiriços. NP; SP; RE; DefN; SN
- Pressões internacionais referentes ao meio ambiente. NP; PS; RE; DefN; SN
- Terrorismo (episodicamente, em grandes eventos). NP; SP; RE; DefN; SN
- Crimes cibernéticos. NP; CT&I; DefN
- Oscilações cíclicas da economia mundial, muito dependente de países-chave. NP; E; DN

Oportunidades

- Possível aumento da competitividade e da inserção política internacional do País, sob a forma de nichos de demanda de inovações decorrentes da globalização.
- Assunção da liderança na questão ambiental.

Internos

Óbices

- Má qualidade da gestão pública na União, nos estados e nos municípios. NP
- Recessão econômica, dívida pública alta e descontrole fiscal. NP; E; DN
- Alta taxa oficial e privada de juros. NP; E

- Controle inconsistente da inflação. NP; E
- Dependência do fluxo de capitais externos. E; DN
- Grande sensibilidade da moeda aos movimentos externos. E; DN
- Oscilação do valor das commodities. E; DN
- Investimento industrial insuficiente (maquinário, CT&I) NP; E; DN, CT&I
- Baixas participação e competitividade no comércio internacional. NP; E; DN
- Insegurança na execução orçamentária. NP; E; DN
- Atraso tecnológico. NP; CT&I; E; DN
- Infraestrutura deficiente. NP; E; DN; CT&I
- Sistema político com arquétipo patrimonialista. NP; PS
- Populismo cíclico. NP
- Políticas sociais assistenciais inconclusivas. NP; PS; E; DN
- Descrédito da política. NP
- Crime organizado e narcotráfico. NP; SP; PS
- Corrupção histórica de agentes do Estado. NP
- Desvirtuamento de valores da Ética e da Moral nacionais. NP; PS
- Segurança pública ineficaz & violência urbana (o nosso terrorismo). NP; SP
- Pobreza e desigualdade social. NP; E; DN; PS
- Déficit habitacional. NP; E; DN; PS
- Insegurança alimentar. NP; E; DN; PS
- Política educacional anacrônica. NP; PS
- Sistema de saúde pública caótico. NP; PS
- Déficit em Defesa Nacional. NP; E; DN; T; DefN

Oportunidades

- Reformar o Estado em todas as expressões do Poder Nacional, por meio de estratégias modernizadoras, de enfrentamento dos óbices e de aproveitamento de oportunidades, e, ao mesmo tempo, facilitadoras da condição de SN.

- Selecionar os fatores de competitividade a serem robustecidos para explorar, política e economicamente, as oportunidades expandidas pela globalização. Ex: “brexit” e o nosso agronegócio.

Com tantas áreas temáticas a serem geridas com viés também de segurança, conclui-se ser necessário que sejam administradas pelo nível político, de forma a comporem sistemas indutores da condição de Segurança Nacional.

A metodologia mais indicada me parece ser por meio de Câmaras Setoriais do Conselho de Governo, como, por exemplo, as de (1) Segurança Nacional, Segurança e Ordem Públicas, Relações Exteriores, Defesa Nacional; (2) Economia, Desenvolvimento Nacional, e Ciência, Tecnologia & Inovação; e (3) Progresso Social.

O nível político da gestão federal elaborará a Política Nacional (objetivos nacionais e diretrizes) e a Estratégia Nacional (objetivos e ações), que servirão para orientar e integrar políticas e estratégias das câmaras setoriais, e a preparação e aplicação do Poder Nacional.

As metas das câmaras resultarão do cruzamento e da integração dos (1) objetivos inerentes às políticas e às estratégias setoriais, com os (2) objetivos relativos aos óbices e às oportunidades; todos agrupados por afinidade temática. Eixos Estratégicos Operacionais das câmaras serão indutores de projetos com vieses também de SN, com base nos quais será estruturado o Plano Plurianual de Investimentos e estabelecidas as prioridades orçamentárias.

Competência, seriedade e comprometimento dos gestores impedirão a execução orçamentária errática, algumas vezes indevidamente subordinada aos *insights* de publicitários, na busca inconsequente de popularidade.

Dessa forma, o Orçamento da União atenderá às finalidades setoriais e, simultaneamente, às necessidades de Segurança Nacional. Sobretudo, estaremos caminhando para que a Nação acostume-se à ideia de ser corresponsável pela segurança que deseja para si.

NÓS E AS INSTITUIÇÕES PERMANENTES

General de Exército R/1 ALBERTO MENDES CARDOSO
Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República – 1995 a 2012

A Constituição Federal estabelece que as Forças Armadas brasileiras são instituições nacionais permanentes. Bastaria percorrer a história, para constatar que realmente Marinha, Exército e Força Aérea mantêm ininterruptas suas linhas de vida, desde a criação oficial. Assim deve ocorrer com a quase totalidade das forças armadas no mundo; cada país com suas peculiaridades. No caso brasileiro, as marcas fortes dessa sustentabilidade passam por algumas reformas administrativas e organizacionais, evoluções doutrinárias, fidelidade à Pátria, nacionalismo, representatividade étnica do povo, vitória nas guerras, altos índices de credibilidade. Mas o esteio fundamental, que origina todos os mencionados e outros mais, sempre esteve no pessoal que compõe nossas Forças. Na prática, elas se fazem permanentes pela consistência e sustentação que lhes dá o seu pessoal em todos os níveis, imbuído do sentimento de corresponsabilidade pelo cumprimento da destinação constitucional.

Esse efeito de pilar mestre decorre do forte compartilhamento dos valores da cultura militar, que se enraízam na vida de cada membro e se irradiam periférica e profundamente, como se fossem um dos sistemas orgânicos, e se tornam imanentes à personalidade. E, a partir dessas fontes individuais, se irradiam para todo o conjunto de camaradas, gerando uma espécie de unidade de pensamento e conduta por identificação cultural. Mas não só isso.

Somos instituições permanentes também pela razão fundamental de que damos aplicação aos valores internalizados e os mantemos ativados. Nós realmente praticamos os valores militares. E, assim, pelo uso permanente, os fortalecemos. Não permitimos que se tornem letra

morta de nosso Estatuto. As gerações de militares que se sucedem fizeram e continuam fazendo com que os valores “peguem” e não fiquem apenas posando como ideário, sem nunca virem a ser.

Ainda adolescentes, ao ingressarmos nas Forças Armadas trazemos conosco uma base de ideias éticas e comportamentos moralmente bons aprendidos anteriormente, mas, na maior parte dos jovens novos militares, ainda não consolidados. A ética e a moral militar, nas quais então nos engolfamos, se encarregarão de completar a aprendizagem dos valores, os quais passam a compor o *eu* de cada um e de todos, dando-nos unidade, coesão e orgulho por sermos militares – traços que se integram em espírito de corpo.

Selecionando poucos exemplos das consequências dessa imersão plena na cultura militar, tomemos os tão caros e arraigados valores *verdade* e *probidade*. Em curto tempo na caserna, ser veraz e honesto no íntimo, na palavra e nos atos transforma-se em virtude que reforça o que já sabíamos ser correto. Para os que permanecem na atividade militar, verdade e probidade se enraízam de tal forma nas atitudes interiores, que tornam impossível aceitarmos a mentira e a corrupção como simples malfeitos toleráveis.

Esse mesmo processo se aplica a patriotismo, responsabilidade, dever, camaradagem e outros pilares de sustentação da cultura e, por via desta, das instituições militares. Isso vem a gerar uma massa de profissionais de tal forma conscientemente imbuídos dos mesmos valores, que, por si só, garantem às Forças o caráter constitucional de instituições permanentes, não importando as dificuldades conjunturais de quaisquer ordens e monta.

O artigo constitucional que nos impõe disciplina e hierarquia como bases organizacionais nos aponta um norte nos momentos em que consideramos afrontados os nossos valores. O rumo indicado é o da confiança nos camaradas ocupantes de postos na cadeia de comando, tendo sempre em mente que todos temos a mesma formação ética e moral, a mesma participação no fortalecimento e sustentação do caráter permanente das instituições militares e a mesma certeza de que só somos fortes quando unidos. Essa confiança nos chefes ajuda a aceitar, sem angústia, que são necessariamente diferentes os níveis de conhecimento dos fatos e das providências em andamento.

CHEFIA COM LIDERANÇA E DISCIPLINA CONSCIENTE

General de Exército R/1 ALBERTO MENDES CARDOSO
Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República – 1995 a 2012

No artigo do dia 15 de março, neste blog, comentamos que, ao organizar as Forças Armadas com base na hierarquia e na disciplina, a Constituição Federal estabeleceu o rumo geral para nossa conduta, individual e coletiva, quando julgarmos afrontados os nossos valores. Esse preceito nos marca tão fortemente que ambos os atributos das corporações militares se transformaram em valores máximos da cultura castrense. Com a peculiaridade de que eles se reforçam mutuamente, pois o valor disciplina assegura eficácia ao conceito de hierarquia e este exige que aquela seja inquestionável.

Essas considerações nos remetem a outro conceito, que, com disciplina e hierarquia, constitui o tripé de apoio de nossas instituições e dinamiza o ciclo do fortalecimento recíproco deles: a chefia.

A maneira mais eficiente de chefiar passa pela influência da vontade dos subordinados, sempre sob a égide da ética – isto é, por meio da persuasão e do exemplo, sem artifícios de manipulação do seu arbítrio –, com vista a motivá-los para se comprometerem com o êxito das atividades de que participem, garantindo os resultados desejados e dando-lhes sustentação ao longo do tempo. Ademais, com eles sentindo-se corresponsáveis pelos destinos de suas Unidades e da Força, por expansão do espírito de corpo. E assumindo um compromisso que, geração após geração, vem garantindo às Forças a sua natureza de instituições nacionais permanentes. A essa maneira de conquistar o comprometimento dos subordinados por meio da mobilização ética de suas vontades podemos chamar chefia com liderança.

Chefia é o exercício do dever institucional de empregar a autoridade

e o poder do cargo para conduzir pessoas, visando ao atingimento de metas.

Chefia com liderança é a chefia acompanhada da habilidade de influir sobre as vontades, a fim de conquistar o comprometimento das pessoas e conseguir que interiorizem atitudes que as predisponham a adotarem, continuamente, comportamentos benéficos para a organização. É o modo de chefiar que harmoniza autoridade do chefe e vontade dos subordinados.

Uma vez obtido esse comprometimento, ocorre um fenômeno que muito instiga o observador atento do fantástico universo das relações interpessoais, no campo da conexão de autoridade e obediência. Trata-se de fatos que se situam muito além da gestão formal dos processos institucionais e que denotam a situação resultante da predominância da participação ativa do pessoal nos destinos da organização, por decisão livre e por vontade de todos, cumprindo as ordens como se elas fossem emanadas deles próprios. É uma circunstância de união e ação conjunta dos impregnados do mesmo sentimento de corresponsabilidade, indutor da entrega do melhor de cada um no desempenho das funções e dos encargos, com disciplina espontânea e iniciativa. Pode-se dizer que é um estado da organização consequente do comprometimento coletivo.

A disciplina que maximiza o desempenho, individual e coletivo, no cumprimento das normas e ordens não é a que se manifesta sob a forma de docilidade, de obediência passiva, que nada cria nem aperfeiçoa salvo o que tenha sido determinado pelo chefe ou pelas normas. A iniciativa obediente – disciplina dos comprometidos – avança bem adiante do cumprimento protocolar do expressamente ordenado. É o modo de obediência que complementa e dá vida concreta ao senso de iniciativa.

Esse conceito tem aplicação plena no ambiente de chefia com liderança. Ele define bem o tipo de disciplina desejável, que induz os executantes a agirem conforme as intenções gerais da ação global de chefia, mesmo em situações inusitadas e na ausência de ordens específicas que não se podem aguardar devido à premência de tempo, ao senso de oportunidade e ao nível de delegação.

Nós, militares, a denominamos, com muita pertinência, disciplina consciente.

JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO

|
29
|

Ministro da Defesa – 2015 a 2016

GUERREIRAS DO BRASIL

JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO

Ministro da Defesa – 2015 a 2016

O pioneirismo vem de Clara Camarão, que lutou contra os holandeses no Nordeste; Maria Quitéria, defensora da Independência na Bahia; e Maria Curupaiti, heroína da Guerra do Paraguai. As mulheres guerreiras do Brasil sempre foram à luta com brio e determinação, em uma trajetória de conquista da inclusão institucional em campos vedados a elas. Se apenas agora o Japão vai permitir que pilotem caças, há um bom tempo as brasileiras já estão no manche desses aviões de combate.

Desde 1980, quando foram legalmente admitidas, excetuando-se a Segunda Guerra Mundial, em que atuaram em corpos auxiliares, as mulheres conquistaram um índice de cerca de 20% no efetivo das três Armas, sendo lícito aspirar que cheguem a um percentual proporcional aos 50% que constituem na população. Os testemunhos dos comandantes indicam que elas desempenham, sem distinção de gênero, tarefas que a tradição reservava aos homens, e assim sobem nas patentes. Algumas já se inscreveram na história das Forças Armadas, como a contra-almirante Dalva Mendes, a primeira a atingir o posto de oficial-general, e a aviadora Carla Borges, pioneira no comando de um caça AMX.

A legislação acerca dos assuntos militares acompanha a trajetória de inclusão das mulheres em todas as atividades do mundo moderno. A Lei nº 12.705, por exemplo, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2012, as admite como combatentes do Exército Brasileiro com possibilidade de lutar como qualquer outro soldado. Isentas do serviço militar obrigatório aos homens, podem ser alcançadas por futuras leis, que estão em debate no Congresso Nacional, para que tenham a opção de se alistar na Marinha, Exército ou Aeronáutica – se desejarem desfrutar a escola de civismo e valores que o ambiente militar proporciona.

O panorama se desenha num ciclo peculiar, pois, pela primeira vez na História do Brasil, também uma mulher é comandante-chefe das Forças Armadas por sua condição de presidente da República.

General de Exército R/1
PAULO CESAR DE CASTRO

|
31
|

Antigo membro do Alto Comando do Exército

COESÃO

General de Exército R/1 PAULO CESAR DE CASTRO
Antigo membro do Alto Comando do Exército

Abrem-se os portões das armas e você ingressa no Exército Brasileiro. Tradicionais solenidades repetem-se a cada ano para abraçá-lo e dar-lhe as boas-vindas. Seus familiares, amigos e outros convidados participam da festa militar. Compartilham seu júbilo. Sucedem-se instruções no campo e no quartel. Você é preparado física, cognitiva e afetivamente para defender a Pátria. Em forma, sua voz firme ecoa quando do compromisso à Bandeira. Valores são internalizados e você dá os primeiros passos de sua longa carreira. Muitos anos após, é transferido para a reserva, mas não despe a farda. Permanece envergando-a na alma e no coração. É uma espécie de segunda pele. Você tem consciência de ser eterno soldado, solidário com os antigos camaradas e com os que o sucedem na ativa.

Você integra uma instituição ímpar que desfruta, a par das forças coirmãs, o mais elevado índice de credibilidade junto ao povo brasileiro. Seu Exército prima pela coesão para a qual você tanto contribuiu. À paisana, você contribuirá sempre para mantê-lo íntegro, unido e sólido.

A coesão remonta aos feitos heroicos do passado, no qual patriarcas, patronos, heróis - muitos anônimos - guerreiros e mantenedores da paz escreveram páginas gloriosas da História do Brasil. Empregaram o braço forte e a mão amiga, mantiveram invictas nossas armas e superaram os mais diversos desafios, aquém e além-mar, com poeira, chuva ou lama. Combateram, como você, nas operações de garantia da lei e da ordem. Combatem, como você, nas operações do amplo espectro.

A coesão é fortalecida na camaradagem e na lealdade que o aproximou dos irmãos e irmãs de armas. Você confiou neles, prestou-lhes apoio, assim como eles tinham absoluta certeza de que podiam contar com você, fossem seus comandantes, pares ou subordinados.

Sabiam todos que suor poupa sangue. Ombro a ombro, prepararam-se arduamente para enfrentar situações de risco, até mesmo de vida. Alguns deles chegaram a perdê-la. A coesão nutriu-se das lágrimas.

A coesão sedimentou-se nos embates. Foram tantas as jornadas que você certamente não as pode contar. Você obedeceu e foi obedecido. Compreendeu e foi compreendido. Apontou, atirou e acertou. Errou também, mas foi corrigido, como corrigiu seus subordinados. Venceu sempre pela palavra franca de chefes leais, exigentes e de caráter. Assim, também, seus liderados o recordam. Tantas missões cumpridas...

A coesão enrijeceu-se na esperança e na convicção do permanente progresso do Exército. Você contribuiu para aperfeiçoá-lo, racionalizá-lo, modernizá-lo e transformá-lo em força capaz de enfrentar os desafios do futuro. Orgulhe-se, com justiça, desse feito. Você confiou no planejamento e na visão de futuro dos líderes e de seus estados-maiores. Constatou o salto qualitativo decorrente da adoção dos Sistemas: de Planejamento Estratégico do Exército; de Instrução Militar do Exército; e do Sistema Colégio Militar do Brasil, entre outros. Você aderiu à modernização do ensino e contribuiu para que surgisse o Sistema de Educação e Cultura do Exército. Você aprendeu a empregar a Aviação, a Guerra Eletrônica, o Sistema Astros, a Infantaria Mecanizada e as novas organizações operativas. De forma similar, você é entusiasta do processo de transformação do Exército. Está pronto a defendê-lo. Você o estuda e assimila os conceitos doutrinários contemporâneos.

A coesão cresce com a crítica construtiva, olho no olho. Líder e liderados estão abertos a permanente análise pós-ação, por meio da qual identificam acertos, apontam oportunidades de melhoria e abrem-se às sugestões recíprocas. Assim, você contribui para que o Exército seja, cada vez mais, uma organização que aprende.

A coesão manifesta-se na compreensão do momento vivido pelo Exército da segunda década do Século XXI. São desafios inéditos, decorrentes de conjunturas internacional e nacional complexas que exigem iniciativa, pronta resposta e criatividade. Nesse contexto, você, como sempre, está pronto a defender as Forças Armadas. Está consciente de que as operações no amplo espectro estão sendo lideradas por

comandantes muito bem preparados, em todos os escalões da Força. Você os apoia e estimula, comungando do mesmo e eterno compromisso de amor e doação à Pátria.

A coesão, hoje e sempre, pode ser resumida naquele solene compromisso à Bandeira. Você, soldado de ontem e de hoje, respeita os superiores hierárquicos, trata com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados.

A coesão se manifesta nas apresentações coletivas da tropa, inclusive as da “reserva atenta e forte”. Você, seus irmãos e irmãs de armas sabem avaliar o moral de uma tropa por sua ordem unida, gritos de guerra e canto de canções. Muito recentemente, perguntei a um comandante de esquadrão: “como está o moral de sua tropa?” Sua resposta foi imediata: “elevadíssimo!”. Vibramos ele e eu.

A coesão tonifica o Braço Forte e a Mão Amiga. A coesão soma, multiplica e eleva à máxima potência o comprometimento e o amor ao Exército de Caxias.

A coesão, dever de todos, deve ser reafirmada pela perfeita, impecável, marcial e vibrante execução da ordem unida: “Base o Comandante, pela direita (pelo centro, pela esquerda), sem intervalos, perfilar!”

O SOLDADO, A FAMÍLIA E O IDIOMA

General de Exército R/1 PAULO CESAR DE CASTRO
Antigo membro do Alto Comando do Exército

Muitas pessoas cruzam conosco, com nossos familiares e amigos pelas ruas deste Brasil afora. E quantas vezes os que nos acompanham afirmam: “olha só, esse deve ser um militar”. Eis um Soldado: identificamos de imediato.

O porte, o corte de cabelo, o comportamento e o jeito de andar chamam a atenção e destacam os militares dentre tantos transeuntes,

fenômeno que não exclui, graças a Deus, milhares de outros cidadãos de traços semelhantes. Serão reservistas? É certo que nem todos, mas centenas, incorporaram os valores da caserna, orgulham-se em declará-los e não perdem a oportunidade de revelar-se.

Dentre os últimos, lembro-me de filiados a associações de oficiais da reserva e de antigos integrantes de tiros de guerra. Recordo-me, também, dos profissionais de carreira que retornam às escolas militares para se confraternizar, rememorar e inaugurar placa comemorativa de sua formação. A Academia Militar das Agulhas Negras, a Escola de Sargentos das Armas, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército e várias outras exibem, em bronze, a gratidão e o carinho de seus eternos alunos. Guardo, ainda, na memória, os que desfilam em público no “Sete de Setembro” e em datas festivas nos quartéis, plenos de júbilo, orgulho e garbo como membros de entidades que congregam: de paraquedistas, de veteranos, de ex-alunos de colégios militares e, até mesmo, de organizações específicas, como os antiaéreos da associação “Amigos da Colina Longa”.

Soldados para sempre, em serviço ativo e na reserva, jovens e encanecidos, homens e mulheres, todos integramos a Força e a inigualável Família Militar.

No Exército, além de sermos recebidos de braços abertos pelos mais antigos, nossos irmãos de Armas, somos acolhidos, também, pela Família Militar: fraterna, solidária, generosa, presente e participativa quando nos apresentamos e partimos de cada guarnição militar. Essa Família comemora conosco os aniversários, os casamentos, a chegada dos filhos, os batizados, as promoções e os êxitos alcançados na vida na caserna. Está presente nos eventos que alegam a vida de todos nós. Ela comunga nossa dor, chora conosco nos momentos de perda, nos consola e nos conforta.

A Família Militar é um bem precioso exclusivo dos Soldados, assim como dos marinheiros e dos aviadores. Ela evidencia, em verdadeira grandeza, nosso compromisso de “tratar com afeição os irmãos de Armas”. Pelo acima exposto, preservá-la, valorizá-la, uni-la e fortalecê-la é parte do dever militar.

Os Soldados distinguem-se, ainda mais, pelo vocabulário que faz parte de seu patrimônio. Não me refiro apenas à linguagem profissional,

característica encontrada, provavelmente, em todas as profissões. Menciono, sim, conceitos exclusivos dos militares e que os distinguem na sociedade. Preocupa-me quando ouço outros militares, irrefletidamente, mencionarem, por exemplo:

- a necessidade de melhores “salários”. Desde quando militar tem salário ou é assalariado? Somos diferentes de todos os demais, temos remuneração, cuja base é o soldo. Afinal, somos Soldados! Se é bem verdade que urge elevar a remuneração ao justo patamar que nos é devido e corrigir as graves distorções hoje existentes, não podemos nem pensar em mencionar “reivindicação salarial”, mas sim insistir no justo reconhecimento pelo serviço ímpar que, voluntária e diuturnamente, prestamos à Pátria. “Salários” não existem no DNA dos Soldados;

- a “aposentadoria”. Eis outro pecado que, por insistência e influência da mídia, pode nos descaracterizar e levar-nos a um nivelamento não desejado. Militar é transferido para a reserva ou reformado, não se aposenta. Infelizmente, já ouvi uns dos nossos usando esse termo civil e outro, pior ainda, declarando por escrito estar aposentado. Atenção com o idioma, ele é parte da identidade e do patrimônio do Soldado; e

- a “internação” em hospital militar. Desde quando nós somos internados? Nada disso, baixamos e recebemos alta.

Há que evitar várias outras palavras usadas pela imprensa em geral, como tanques, armas pesadas e bazucas. Elas não fazem parte de nosso jargão. Marchemos, vacinados, contra os pecados da linguagem e não abramos mão do idioma característico da vida militar.

Os guerreiros do passado nos transmitiram valores, crenças, tradições, história e exemplos, a cultura militar, em síntese. Com fé na missão, prossigamos invictos, na certeza de sermos sempre identificados, no meio da multidão, como Soldados, homens e mulheres de bem.

Zelemos pelo bem-estar de nossa tão querida Família Militar e não caiamos na armadilha de praticar a linguagem civil, mas tornemo-nos eternos guardiões do idioma militar.

Por fim, enfrentemos os desafios, lembrando que “*Ser soldado é mais do que profissão, é missão de grandeza!*”. Portanto, avante camaradas, ao tremular do nosso pendão!

General de Divisão
EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO

|
37
|

6º Subchefe do EME

A REESTRUTURAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS E OS EFEITOS NA REDUÇÃO DE GASTOS DO GOVERNO

General de Divisão EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO
6º Subchefe do EME

A forte crise econômica que se abate sobre o País requer medidas de contenção de gastos, no âmbito da administração pública. Independentemente dos fatores que deram origem à atual crise, seus reflexos são sentidos diretamente por grande parcela da população brasileira, quer pela perda de poder aquisitivo, ocasionada pelo retorno da inflação, quer pela redução da oferta de emprego, levando à mudança de hábitos de consumo e à busca por novas alternativas de renda.

O Governo Federal tem anunciado, entre outras reformas, a necessidade de uma Reforma Previdenciária que se traduz em mais um grande esforço ao qual todos os cidadãos brasileiros serão submetidos. A argumentação está em que o Tesouro Nacional não tem como arcar com os elevados déficits gerados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e pelas pensões pagas às pensionistas de militares.

Quando se fala em reduzir despesas, é importante destacar que os militares já vêm contribuindo com esse esforço, desde a edição da Medida Provisória (MP) nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000, que reestruturou a remuneração nas Forças Armadas, extinguindo vários benefícios.

Com a edição da MP nº 2.131, de 2000, foram extintos os direitos: ao adicional de tempo de serviço; ao auxílio-moradia; à pensão para as filhas; ao acúmulo de duas pensões militares; à contagem em dobro do tempo de serviço para licença especial não gozada; ao recebimento de proventos do posto acima na inatividade; à contribuição para pensão

militar de dois postos acima; e à licença especial. Essas mudanças foram implementadas sem regras de transição, ou seja, tiveram efeitos imediatos a partir da publicação da MP – atual MP 2.215-10, de 2001.

O esforço dos militares das Forças Armadas para a contenção de gastos do Governo pode ser traduzido em números. Entre 2003 e 2015, os gastos com inativos militares e pensionistas foram reduzidos em 20% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), passando de 0,73% para 0,51% do PIB. Para o mesmo período, os gastos com aposentados e pensionistas do RGPS, por exemplo, aumentaram em, aproximadamente, 19%, passando de 6,24% para 7,42% do PIB.

Anualmente, o Ministério da Defesa encaminha ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão o “Estudo Atuarial das Pensões Militares”, que é um dos anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, levado ao Congresso Nacional. Esse documento aponta a tendência de redução dos gastos com nossos pensionistas, ratificando a efetividade da MP 2.215-10, de 2001. Essa tendência foi corroborada pela Nota Técnica Conjunta nº 4/2016 do Congresso Nacional, de 25 de maio de 2016, ao analisar o PLDO 2017, que retrata a redução da diferença entre receitas e despesas do sistema de pensões militares de R\$ 11,52 bilhões em 2016, para R\$ 8,22 bilhões em 2050.

É indiscutível uma diminuição dos gastos públicos e de uma melhor eficiência e efetividade no emprego de seus recursos públicos, mas no que se refere aos militares das Forças Armadas, faz 16 anos – desde dezembro de 2000 – que as medidas necessárias para a redução de gastos com inativos e pensionistas foram tomadas, com reflexos bastante significativos, que implicaram na supressão de vários direitos dos militares das três Forças, com a consequente perda de poder aquisitivo, de renda e de formação de patrimônio da categoria.

ESPECIFICIDADES DA CARREIRA MILITAR: A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA E A DISPONIBILIDADE PERMANENTE

General de Divisão EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO
6º Subchefe do EME

A profissão de militar das Forças Armadas (FA), alicerçada na hierarquia e na disciplina, requer de seus integrantes uma série de requisitos, que vão além da concepção normal daquilo que se entende por relação de trabalho entre empregado e empregador.

Os militares das FA, que têm como empregador o Estado brasileiro, representado por instituições sólidas e seculares (Marinha, Exército e Aeronáutica), prestam serviço à sociedade brasileira à luz do que determina a Constituição Federal, tendo como missão precípua a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e a garantia da lei e da ordem. A cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil também integram o rol de atribuições das Forças Armadas.

Para que possam cumprir com eficiência a missão constitucional que lhes é atribuída, os militares estão sujeitos a situações bastante peculiares e que caracterizam a essência da sua profissão. O risco de vida; os preceitos rígidos de hierarquia e de disciplina; a dedicação integral e exclusiva; a disponibilidade permanente; o pronto emprego; a mobilidade geográfica; o vigor físico; a proibição de filiação a partidos políticos; a proibição de sindicalização e greves; o vínculo com a profissão; e a supressão de direitos sociais (horas extras, adicional noturno, adicional de periculosidade, FGTS, entre outros) são características extremamente necessárias à garantia da existência e à perpetuação das Forças Armadas.

Dentre as peculiaridades da carreira militar, é oportuno destacar a dedicação exclusiva, a disponibilidade permanente e o sentimento de cumprimento do dever. Somente essas características permitem, em

tempo de grandes eventos, como o que vivemos agora, com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, que milhares de praças e oficiais das FA sejam deslocados de todo o território nacional para a cidade do Rio de Janeiro, trabalhem diuturnamente para prover a segurança e a paz à população e a turistas do mundo inteiro, sem que ocorra qualquer tipo de contestação sobre as condições de trabalho ou sobre a remuneração.

Ao mesmo tempo, outros tantos milhares se deslocam para o Rio Grande do Norte a fim de conter a onda de violência que invadiu aquele Estado nos últimos dias. Tudo isso sem comprometer o cumprimento das missões permanentes das Forças Armadas, tais como o patrulhamento contínuo das fronteiras terrestres, das águas jurisdicionadas e do espaço aéreo brasileiros.

Ações como essas, facilmente identificadas pela sociedade como uma obrigação das FA, não podem, entretanto, estar pautadas em simples relações trabalhistas, predominantemente verificadas na maioria das profissões. Apesar do risco de morte inerente às suas atividades, os militares não escolhem onde, quando, como e por quanto tempo continuado serão empregados. Ações como essas somente são possíveis graças à dedicação exclusiva e permanente exigida dos militares, à presença nacional possibilitada pela mobilidade geográfica, ao preparo constante que garante o pronto emprego e à desvinculação das regras comumente aceitas pela sociedade, no que diz respeito a direitos sociais e remuneratórios.

Não se trata de destacar ou enaltecer os militares no seio da sociedade ou, ainda, exigir equiparações de direitos, até porque alguns deles são incompatíveis com o exercício da profissão. Trata-se, tão somente, da evidenciação de que esses cidadãos pertencem a uma categoria profissional com características extremamente peculiares, que têm implicações diretas não só na vida do próprio militar, mas também na de todo o seu seio familiar.

As especificidades da carreira nas Forças Armadas, muitas delas com impactos imensuráveis na vida do soldado, devem ser amplamente divulgadas e compreendidas pela sociedade, porque as distinguem das demais profissões. No momento em que se aguçam as discussões sobre

reforma da previdência, por exemplo, cujos discursos são pautados na unificação de regimes de civis e militares, ignorar as particularidades da carreira é desconsiderar todas as privações e limitações às quais já estão enquadrados os militares.

DESPESAS COM MILITARES: A BUSCA PELA EQUIDADE E ISONOMIA

General de Divisão EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO
6º Subchefe do EME

Recentemente, surgiram questionamentos sobre o orçamento da Defesa e a sua distribuição entre despesas de pessoal, investimentos e custeio. Uma leitura da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2016 demonstra que, de um total de R\$ 82 bilhões, cerca de R\$ 10 bilhões são destinados a investimentos e outros R\$ 10 bilhões para custeio, sendo o restante destinado a pagamento de pessoal.

Todavia, uma consulta ao Boletim Estatístico do Pessoal de junho de 2016¹ mostra que o Poder Executivo, como um todo, teve despesa de R\$ 203 bilhões com o pagamento de pessoal em 2015 (para um efetivo da ordem de 2.026.000, entre ativos, inativos, aposentados e pensionistas). Os **militares representam 33% do universo** e apenas **25% da despesa total** realizada. Nesse contexto, torna-se importante destacar também que decisões tomadas ao longo da história recente do País criaram pensões especiais (ex-combatentes, Lei da Praia, Lei da Borracha e anistiados políticos, entre outros) que fizeram aumentar os totais dispendidos nessa rubrica.

¹ **Boletim Estatístico de Pessoal**. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/2016/160815_bol242_jun2016_parte_i.pdf>

Instituições que têm na dimensão humana o seu maior capital (caso dos militares das Forças Armadas (FA), integrantes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal) têm percentuais muito parecidos de gastos com pessoal (na faixa de 76 a 82% de seu gasto). Reforça esse entendimento o fato de as Forças Armadas serem instituições seculares e, por conta disso, trazerem inevitavelmente um arrasto de despesas com inativos e pensionistas que é significativo. Situação bem diferente de uma carreira recém-criada, que contará com poucos aposentados e pensionistas no seu orçamento.

Para as Forças Armadas, o principal investimento deve se concentrar exatamente na capacitação do profissional militar, em virtude de um motivo que está diretamente relacionado às restrições orçamentárias que vêm afligindo o orçamento da Pasta da Defesa ao longo dos últimos anos. Explica-se: ainda que não se disponha dos recursos suficientes para aquisição de equipamentos de Defesa na quantidade e na qualidade desejáveis, se houver profissionais capacitados e motivados, além de recursos, em caso de necessidade de emprego real, é possível, em curto espaço de tempo, adquirir-se o material e utilizá-lo convenientemente. Não se encontra um subtenente ou um major nas “prateleiras”. São necessários de 15 a 25 anos para formar esses recursos humanos específicos.

Cumprе ressaltar que o vencimento do profissional militar está muito abaixo do que é pago em outras carreiras de Estado, chegando ao ponto de a remuneração final de um coronel, após 30 anos de serviço, ser inferior ao salário inicial da maioria das carreiras de Estado que recebem sob a forma de subsídios.

Outros aspectos ajudam a melhor compreender o orçamento de Defesa. Se os números apontam um elevado percentual de gastos com pessoal, é porque estamos diante de um orçamento aquém das reais necessidades. Não é o volume de despesas com pessoal que é elevado, mas, sim, o volume de despesas com custeio e investimento que é muito baixo, devido à ausência de recursos.

Enquanto a média de gastos com Defesa, no mundo, é de 2,3% do PIB, no Brasil, não ultrapassou 1,5% desde a criação do

Ministério da Defesa, sendo que o valor percentual médio aceitável é de 2%, conforme os padrões recomendados pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Além de não atingir quaisquer dos índices apresentados, o Brasil fica atrás de quase todos os países da América do Sul, como Bolívia (1,6%), Chile (1,9%), Colômbia (3,5%), Equador (2,7%), Paraguai (1,6%), Peru (1,6%) e Uruguai (1,8%)².

Se o orçamento de Defesa no País fosse de pelo menos 2% do PIB (abaixo da média dos países apresentados), os valores alocados seriam da ordem de R\$ 118 bilhões, dos quais grande parte seria necessariamente destinada ao custeio e ao investimento, e as despesas com pessoal seriam de aproximadamente 50% do total.

Dessa forma, embora os militares não estejam sujeitos a nenhum regime previdenciário, no momento em que se discute a reforma da Previdência como uma das soluções para a crise econômica do País, algumas declarações veiculadas na mídia são preocupantes, no sentido de se querer colocar todos os brasileiros sob um único sistema.

O risco de vida, os preceitos rígidos de hierarquia e disciplina, a dedicação integral e exclusiva, a disponibilidade permanente, o pronto emprego, a mobilidade geográfica, o vigor físico, a proibição de filiação a partidos políticos, a proibição de sindicalização e greves, o vínculo com a profissão e a supressão de direitos sociais (horas extras, adicional noturno, adicional de periculosidade, FGTS, entre outros) são características daqueles que voluntariamente optaram pelo serviço em prol da Pátria e necessárias à garantia da existência e da perpetuação das Forças Armadas para cumprir a sua missão constitucional intransferível de defesa da soberania da Nação.

Por fim, é uma constatação inequívoca que o patrimônio possível de se acumular ao longo da carreira de militar é muito inferior ao que ocorre para servidores das demais carreiras de Estado. Não existe hoje, por exemplo, a possibilidade de o militar acumular sua remuneração com

² **Stockholm International Peace Research Institute.** Disponível em <<https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-transfers-and-military-spending/military-expenditure>>

um cargo de direção e assessoramento superior (DAS), com gratificações ou com a participação em Conselho de estatais. Infelizmente, não há ainda o justo equilíbrio e a desejável isonomia entre a remuneração do militar e a dos servidores públicos, de uma maneira geral.

A mobilidade geográfica compulsória a que está sujeito o militar das Forças Armadas dificulta – quando não inviabiliza – que seu cônjuge possa se fixar em empregos e, assim, possibilitar a melhoria da renda familiar. Tal limitação impõe pesadas perdas para esse profissional, sobretudo na fase final de sua carreira, quando está prestes a ir para a reserva.

Não há como tratar igualmente os desiguais. Agir dessa maneira, além de injusta, pode ocasionar consequências danosas ao futuro do País, caso não se consiga mais atrair e reter quadros capacitados, motivados e comprometidos com a defesa da Pátria.

General de Divisão R/1
ANTONIO CÉSAR GONÇALVES MENIN

|
47
|

Doutor em Ciências Militares

LONGEVIDADE - VIVER MAIS JÁ É UMA REALIDADE

General de Divisão R/1 ANTONIO CÉSAR GONÇALVES MENIN
Doutor em Ciências Militares

Estamos vivendo mais: isso é longevidade. Uma realidade que altera a organização das sociedades e da economia em todo o mundo, e que já deixou de ser mera tendência para nós, brasileiros.

Longevidade é ter mais tempo para alcançar sonhos, descobrir o novo, reinventar-se e, claro, estar com quem se gosta.

No Brasil, a longevidade também veio para ficar.

A maior expectativa de vida e a menor fecundidade, juntas, fazem com que a população envelheça. O mundo vive essa transformação demográfica e o Brasil também, se considerarmos que, comparando os anos de 1955 e 2015, a expectativa de vida dos brasileiros, ao nascer, aumentou de 52,9 para 75,4 anos e a taxa de fecundidade reduziu de 6,1 para 1,7 filhos por mulher.

Hoje, mais de 46 milhões de brasileiros passaram dos 50 anos, e projeta-se que esse número mais do que dobre nas próximas três décadas, atingindo, em 2045, 95,6 milhões de pessoas. Em 2060, no Brasil, teremos mais idosos (acima de 60 anos), do que crianças e jovens até 15 anos.

Ao mesmo tempo em que é uma conquista, a longevidade também é um desafio.

Será que estamos preparados para viver mais, de forma plena? A sociedade está? E os governos?

A resposta é: quase ninguém está verdadeiramente preparado. Por isso, é necessário criar os meios para que a nossa população que atingiu os 50 anos, cada vez mais saudável e ativa, siga integrada à sociedade.

Um instituto para discutir, esclarecer e propor novos caminhos.

Em um contexto de transição demográfica, nasce o Instituto de Longevidade Mongeral Aegon, uma organização sem fins lucrativos, que

pretende apontar caminhos para que se possa viver mais e melhor.

Isso significa contribuir para que o País enfrente os impactos socioeconômicos da longevidade e proporcione condições para que oportunidades sejam criadas nesse novo cenário.

O Instituto de Longevidade Mongeral Aegon está associado a outros Institutos de Longevidade no mundo: o Instituto Transamérica, nos Estados Unidos, e o Centro Aegon para Longevidade e Aposentadoria, na Holanda.

Movimento realidade – você vai viver mais

O Movimento REAL.IDADE, projeto promovido pelo Instituto de Longevidade Mongeral Aegon, foi idealizado para que todos – crianças, homens e mulheres, jovens ou adultos, empresas e governos – sejam apoiadores e ajudem a construir a longevidade que queremos ter, no presente e no futuro.

Nos portais www.movimentorealidade.org e www.institutomongeralaegon.org podemos obter informações diferenciadas e atualizadas sobre: trabalho; dinheiro; estilo de vida; saúde; pesquisas e estudos a respeito de longevidade; além de projetos em desenvolvimento junto à administração pública, ao legislativo e a centros acadêmicos e instituições de excelência do Brasil e do mundo, especialmente nas questões relativas à qualidade de vida, à geração de oportunidades de trabalho e ao desenvolvimento sustentável das cidades.

Na área exclusiva para pessoas com mais de 50 anos, existe o acesso a vantagens gratuitas relativas: a cursos de requalificação (línguas estrangeiras e informática), com direito à diploma; a gerador de currículos; a auxílio recolocação; à assistência em informática; e a descontos em medicamentos.

Transformar os desafios da longevidade em oportunidades exige ouvir todos os segmentos da sociedade e integrá-los na busca de ações criativas e de alto impacto.

A participação de todos é fundamental para buscarmos um Brasil melhor, mais justo e melhor preparado para as necessidades de sua população, independentemente da fase da vida em que se encontram.

General de Brigada
ANTONIO MANOEL DE BARROS

|
51
|

Chefe do Estado-Maior do CMA

ZOO DO CIGS – CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA – PATRIMÔNIO DA AMAZÔNIA E DO EXÉRCITO BRASILEIRO

General de Brigada ANTONIO MANOEL DE BARROS
Chefe do Estado-Maior do CMA

O Zoológico do Centro de Instrução de Guerra na Selva – “Zoo do CIGS” – foi criado em 1967 para suprir demanda dos Cursos de Operações na Selva (COS) do CIGS. O atual Centro de Pesquisas da Fauna e da Flora da Amazônia (CPFFA) tornou-se referência nacional em medicina de animais selvagens e, ainda, uma atração turística, a segunda mais visitada da cidade de Manaus.

52 Possui estrutura diferenciada em recursos humanos e materiais, sendo administrado diretamente pelo CIGS. Conta com uma Divisão de Veterinária, composta atualmente por seis veterinários e uma bióloga, todos com formação acadêmica direcionada à medicina de animais selvagens amazônicos, incluindo mestres e doutores.

O “Zoo do CIGS” só possui animais amazônicos brasileiros, os quais desfrutam de dieta balanceada e de tratamento veterinário de rotina. Várias espécies que fazem parte do acervo estão enquadradas nas diversas categorias do IBAMA de ameaças de extinção. A título de exemplificação, as onças, que em vida livre vivem no máximo 10 anos, chegam a 21 anos no “Zoo do CIGS”. Dos sete exemplares de onças existentes, duas estão abaixo de 10 anos, três estão entre 10 e 20 anos e duas estão acima de 20 anos.

É o único zoológico da Amazônia que apresenta condições de abrigar 469 animais da fauna amazônica, provenientes de órgãos ambientais, sendo 34 aves, 58 mamíferos, 112 répteis e 265 peixes. Cerca de 140.000 pessoas visitam suas instalações por ano. Desse número expressivo, 40.000 alunos das escolas de Manaus têm acesso gratuito, em

função de uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação, visando à educação ambiental. Dentre suas atividades, considera-se fundamental a conscientização de crianças, jovens e adultos quanto à importância da conservação da biodiversidade e à preservação de espécies em extinção.

Participante ativo da comunidade científica que interage em prol do bioma amazônico, o “Zoo do CIGS”, como é conhecido internacionalmente, integra equipes de pesquisas que envolvem os mais diversos cientistas, tais como: entomologistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), com pesquisas sobre leishmaniose e malária; médicos e biólogos da Fundação de Medicina Tropical do Amazonas (Hospital Tropical), com pesquisas na área de doenças tropicais; farmacêuticos, veterinários e biólogos da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que pesquisam a área de arboviroses (hantavírus) e gestão ambiental; biólogos e entomologistas da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que atuam na área de inquérito “soro-epidemiológico” sobre a prevalência de arboviroses em reservatórios silvestres e de inquérito entomológico para levantamento da fauna entomológica de vetores em potencial, além de diversos trabalhos com animais silvestres com instituições de pesquisa nacionais e internacionais.

Recentemente, foi construído um espaço denominado “Oca do Conhecimento Ambiental”, em parceria com a Vara Especializada de Meio Ambiente e Questões Agrárias (VEMAQA), a fim de disseminar os conhecimentos sobre educação ambiental. A iniciativa é coordenada pelo CIGS e pela Secretaria Municipal de Educação. No ano de 2015, recebeu 561 instituições e 83 comitivas brasileiras e estrangeiras; 31.222 visitantes e 15 estagiários.

Ao longo dos mais de 45 anos, o “Zoo do CIGS” serve à nossa sociedade, dedicando-se à conservação e à proteção ambiental, bem como ao desenvolvimento sustentável.

Brigadeiro
ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS

|
55
|

Diretor do Programa Calha Norte

PROGRAMA CALHA NORTE – HÁ 30 ANOS CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO E A SOBERANIA NACIONAIS

Brigadeiro ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS
Diretor do Programa Calha Norte

O Programa Calha Norte (PCN) é uma política pública exitosa, criada em 1985, em resposta à preocupação dos militares sobre a causa amazônica. Naquela época, propagava-se a cobiça internacional sobre as reservas naturais estratégicas do País. O Programa, capitaneado por algumas personalidades da época, dentre as quais se destaca o General **Bayma Denis**, surgiu com os objetivos de promover a ocupação e de propiciar desenvolvimento ordenado e sustentável da Região Amazônica.

Obras em rodovias, portos, escolas, hospitais e redes de energia elétrica, além de instalações que reforçam a segurança nas fronteiras e o combate ao narcotráfico, integram as duas frentes do PCN: o incremento do desenvolvimento regional e o fortalecimento da defesa em prol da soberania, por intermédio da criação de vários Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) ao longo de toda a área de proteção da nossa Região Amazônica.

A abrangência do Programa foi ampliada ao longo dos anos. Por ocasião da sua criação, eram 76 municípios ribeirinhos, ao norte do Rio Solimões, com dificuldade de acesso e com um elevado grau de pobreza. A sua estrutura inicial baseou-se na visão estratégica do Exército Brasileiro, que era a doutrina da vivificação – “manter o povo que lá nasce, de tal forma que se possa levar melhor qualidade de vida e aumentar a presença do poder público naquela região”. Nesse sentido, é fundamental assegurar a esses brasileiros, até os dias de hoje, uma forma de se desenvolverem sem ter que buscar grandes centros. A partir de

2007, o PCN passou a atender a 194 municípios de seis Estados: Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Rondônia. A etapa de evolução atual visa dar suporte aos PEF na fronteira oeste, incorporando, à sua área de atuação, os Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, ampliando o seu alcance para 379 municípios beneficiados.

O Programa recebe recursos de duas fontes orçamentárias. A primeira é oriunda de emendas parlamentares, destinada exclusivamente para atender a convênios com estados e municípios. Nesse contexto, o PCN é autônomo, não depende de outras instituições e repassa o recurso às prefeituras para a construção de escolas, creches e hospitais, e para implantação de saneamento básico e de inúmeros outros projetos. Essa é a chamada vertente civil do Programa – **o desenvolvimento**. Já a vertente militar – **a segurança e a defesa** – recebe recursos de outra fonte, o Tesouro, para obras de infraestrutura das organizações militares instaladas na área de atuação (pelotões, brigadas, bases aéreas, hangares para a Força Aérea Brasileira e distritos navais) e para adequação de embarcações e de instalações militares das três Forças.

O apoio logístico do Calha Norte é prestado pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. Os militares instalados na Região Amazônica também contribuem para o fortalecimento da soberania nacional, realizando vigilância que abrange uma faixa de 10.938 quilômetros de fronteira, do extremo sul de Rondônia até a cidade de Oiapoque, no Amapá.

Os convênios firmados com estados e prefeituras viabilizam projetos nas áreas de esporte, educação, segurança e defesa, transporte, bem como aquisições de equipamentos e viaturas. Essas ações beneficiam 32% do território nacional, o que corresponde a uma área em que vivem cerca de oito milhões de pessoas.

O Programa já investiu, desde a sua criação até os dias de hoje, em torno de R\$ 3 bilhões de reais em favor do desenvolvimento regional. Atualmente há 1300 obras em curso, com valor aproximado de R\$ 900 milhões de reais.

A finalidade inicial do PCN está sendo preservada. Hoje, o sonho dos criadores tornou-se realidade, mas, voltando um pouco na história,

lembra-se dos grandes guardiões – **Visconde do Rio Branco e Marechal Rondon** –, ambos responsáveis pela integração, pelo desenvolvimento, pela soberania do nosso País. O Programa Calha Norte permanece, portanto, executando aquilo que foi um sonho para seus idealizadores e para seus patronos.

Outros esclarecimentos consultem o site do Ministério da Defesa (www.defesa.gov.br), no link referente ao Programa Calha Norte, ou enviem suas dúvidas aqui no fórum de discussões.

General de Brigada R/1
LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA

|
59
|

Doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares na ECEME

IMPrensa LIVRE E IMPARCIAL

General de Brigada R/1 LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA
Doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares na ECEME

A mídia constrói e a mídia destrói. Por aí, percebe-se o poder da imprensa e sua possibilidade de participar, significativamente, da edificação de uma sociedade esclarecida, aberta, madura e de forte espírito democrático. Tem um importante papel social e deve ser conduzida mais como serviço do que empresa, com toda a responsabilidade daí decorrente.

A liberdade de imprensa é um dos pilares do regime democrático e os excessos porventura cometidos, contra grupos ou indivíduos, não podem servir de justificativa para limitá-la, como pretendem algumas autoridades. Que tal aperfeiçoar a justiça, tornando-a mais ágil, de modo a ressarcir quem for prejudicado por possíveis excessos?

A imprensa tem sido decisiva para desvendar o véu que encobre a falta de cidadania, a soberba onipotência, a corrupção e a impunidade, que compõem a face de grande parte da liderança nos altos escalões da República e comprometem a confiança nas instituições. Assim, contribui para a sociedade tomar consciência da necessidade de um choque de valores, para melhorar a si própria e mudar o perfil daquela liderança, o que só depende de sua vontade e de seu valor.

A imparcialidade é um dos atributos fundamentais a serem cultuados pela imprensa e se traduz na abertura de iguais oportunidades à livre expressão de ideias, independente de posições ou pensamentos legitimamente adotados por um órgão. Por outro lado, mesmo amparada em leis que a protejam da mordaca política, só é livre a imprensa que não se submete ao poder econômico ou à censura do patrulhamento ideológico de qualquer matiz. A credibilidade e o respeito, assim conquistados, asseguram-lhe a autoridade moral e, em consequência, reforçam a defesa de sua liberdade.

Ao abrir, de forma equânime, espaços para a livre expressão do pensamento, a imprensa ajudará, também, a derrubar a ditadura do “politicamente correto”, expressão cujo entendimento distorcido inibe o contraditório e empobrece o debate de ideias, condições fundamentais ao aprimoramento da democracia. Hoje, poucos têm coragem de se declarar de direita ou conservadores, pois temem ser rotulados de radicais, injusta e incorretamente, pelo patrulhamento ideológico ainda forte no Brasil. “O conservadorismo não é contrário às mudanças, como se costuma supor, mas entende o progresso útil como proveniente do saber anterior e acumulado e, portanto, plantado nas virtudes e nos valores do passado” (*O Livro das Idéias – Chris Rohmann*).

Difícil, por exemplo, é ter espaço para apontar aspectos positivos do regime militar, que vão além do desenvolvimento alcançado, base da atual projeção internacional do Brasil. No regime militar, fortaleceram-se as instituições e os alicerces de nossa democracia. Os generais-presidentes sempre manifestaram o propósito de retornar à normalidade democrática, reconhecendo a excepcionalidade do regime. Tal objetivo foi paulatinamente conquistado, com retrocessos e avanços, pela ação legal e perseverante da sociedade, de seus representantes na oposição e na situação, e de sucessivos governos, superando radicalismos à esquerda e à direita.

Se o regime durou mais do que devia é tema de debate, inclusive, para caracterizar a responsabilidade da esquerda radical ao deflagrar a luta armada, a fim de implantar a “*democracia*” que aprendia em Cuba, China, URSS e seus satélites, “*templos das liberdades democráticas e dos direitos humanos*”. Orientava suas ações o Manual do Guerrilheiro Urbano, de Carlos Marighella, que preconiza: “...o guerrilheiro deve tornar-se agressivo e violento, voltando-se para a sabotagem, terrorismo, expropriações, assaltos, sequestros e execuções...”. Marighella foi líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização terrorista em que militou o atual Secretário Especial dos Direitos Humanos.

A Nação deve compreender que a esquerda radical optou pela luta armada por perceber que seria fatal, ao processo de comunização do Brasil, o fortalecimento das instituições democráticas. Sabia ser este um

objetivo do regime de 64 e que o governo tinha apoio popular, poder e força para fazê-lo. Apoio popular que a esquerda revolucionária nunca recebeu e durou enquanto a economia foi bem, isto é, até os choques do petróleo nos anos 1970 e seus desdobramentos na crise de endividamento nos anos 1980, que abalaram o mundo todo, não só o Brasil.

Na história republicana, até 1964, podem ser listadas mais de uma dezena de graves revoltas e crises político-militares. Foram conflitos em que sempre havia chefes militares, envolvidos na política partidária, que arrastavam consigo parte da tropa, em uma demonstração de que o País não amadurecera para a democracia. Vários chefes, ainda no serviço ativo, participavam da política partidária não só como candidatos a cargos eletivos. Havendo ou não honestidade de propósitos, ficavam prejudicados: o compromisso, que deveria ser exclusivamente com a Nação e o Estado; e a dedicação, que deveria estar integralmente voltada para a missão constitucional. O regime militar afastou as Forças Armadas e os militares da ativa da política partidária e, desde então, as crises políticas são resolvidas nos foros apropriados.

Após um quarto de século do final do regime de 64, não se pensa em voltar ao passado, nem se quer isso. Portanto, deve-se facultar o acesso da sociedade a versões diferentes das veiculadas, há muito tempo, apenas pela esquerda sobre aquele período. Dessa forma, ela poderá tirar conclusões isentas e aproximar-se da verdade histórica, extraindo ensinamentos em prol do fortalecimento da democracia.

A sociedade brasileira será imunizada contra radicalismos de quaisquer matizes, na medida em que lhe seja aberto o acesso equânime a todas as correntes de pensamento, pois o conhecimento abrangente permite melhores avaliações, julgamentos e decisões. Por prezar tanto a própria liberdade, ela será o baluarte de uma imprensa livre e imparcial.

A DEFESA PRECISA DE INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA

General de Brigada R/1 LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA
Doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela ECEME

A Estratégia Nacional de Defesa (2008) determinou que as Forças Armadas fizessem seus planos de reequipamento e articulação sem que houvesse, e ainda não há, um Projeto Conjunto de Forças. Foi uma falha grave, pois provocou divergência de esforços e competição para a obtenção de recursos aos projetos estratégicos singulares. O Projeto de Forças seria um Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e Negação de Área (SCDANA), semelhante ao que a China implantou como reação à humilhação imposta pela VII Frota dos EUA ao dissuadi-la de coagir Taiwan na crise político-militar em 1995-1996.

O Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e Negação de Área (SCDANA)

O propósito do Sistema seria a neutralização ou desgaste de uma força aeronaval ou terrestre inimiga ainda longe do litoral ou da fronteira oeste. Na falta de armas de destruição em massa, o Sistema teria capacidade dissuasória por restringir a liberdade de ação de potências extrarregionais. A possibilidade de elevadas baixas nas primeiras horas de um conflito, antes mesmo do confronto entre forças terrestres, comprometeria o apoio interno e internacional à potência agressora, particularmente, se a aproximação viesse pelo oceano.

A capacidade de **Antecipação** seria conferida ao SCDANA pela inteligência estratégica nacional, situada fora do Sistema. Assim, o SCDANA interagiria com o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), que determinaria prospectivamente potenciais ameaças e choques de interesses que pudessem escalar para crises ou conflitos armados, afetando vitais objetivos e estratégias nacionais. O SISBIN identificaria: os atores que poderiam entrar em choque com o Brasil; sua capacidade de nos

ameaçar e coagir; as áreas estratégicas de defesa onde seria mais provável uma agressão; e nossas vulnerabilidades de defesa a serem sanadas para dissuadir ou enfrentar potenciais agressores.

A **Elasticidade** do SCDANA seria fruto da mobilização nacional, que depende da existência de indústria de defesa autóctone, capaz de produzir os meios que façam a diferença em combate. Para isso, também seria preciso realizar altos investimentos em pesquisa, inovação e desenvolvimento C&T. A indigência militar brasileira vem da perene baixa prioridade conferida às Forças Armadas. Nos dias atuais, o agravamento inesperado dos cenários políticos geram conflitos repentinos, exigindo rapidez na mobilização militar.

O SCDANA, propriamente dito, enquadraria subsistemas de Segurança Cibernética; Monitoramento e Controle Territorial, Marítimo e Aeroespacial, integrados e com satélite brasileiro; Defesa Antiaérea; Mísseis de Longo Alcance, balísticos e de cruzeiro, lançados de plataformas móveis terrestres, navais e aéreas; e Forças Conjuntas de Defesa e Projeção de Poder, com elevado nível de aprestamento, bem como outras a serem completadas por mobilização. Os subsistemas de maior efeito dissuasório seriam os de Segurança Cibernética, de Defesa Antiaérea e de Mísseis Estratégicos.

Capacidades do Sistema:

1) Localização

A Localização ocorreria no nível operacional pelo acompanhamento e pela informação sobre a força inimiga na aproximação ainda a longa distância dos limites nacionais; seu desdobramento e sua concentração próximos a esses limites; sua estrutura em grupamentos de forças; e vulnerabilidades reveladas.

Essa capacidade seria cumprida pelos sistemas de controle dos espaços nacionais – Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul e Sistema de Vigilância da Amazônia. O Subsistema de Segurança Cibernética, simultaneamente, entraria em ação, a fim de

causar danos e insegurança às infraestruturas estratégicas inimigas e, uma vez desencadeadas as operações, comprometeria seus sistemas de comando e controle em todos os níveis. Os Subsistemas de Mísseis e Defesa Antiaérea impediriam a ação de vetores aéreos sobre os espaços brasileiros, desgastariam e, se possível, neutralizariam a força oponente, impedindo o acesso aos limites nacionais, e apoiariam as Forças Conjuntas de Defesa contra o inimigo que violasse as fronteiras do País.

2) Mobilidade

Os componentes do sistema devem ter ou receber meios para se deslocar às áreas de emprego (mobilidade estratégica) e nelas se movimentar (mobilidade tática). No Brasil, a mobilidade estratégica é prejudicada pela pobreza da malha ferroviária, limitações do sistema rodoviário e baixo aproveitamento da rede fluvial por falta de obras de engenharia, de instalações portuárias e de meios de navegação. Na Amazônia, faltam meios fluviais para um eficaz apoio logístico e para mobilizar os elementos de manobra em operações de grande vulto. Os componentes do SCDANA, já parcialmente divididos pelas áreas estratégicas, seriam completados após determinada a direção da ameaça.

3) Letalidade

Ela seria conferida por meios com capacidade de causar danos de monta em função de seu poder, volume e precisão de fogos e da ação de choque dos Subsistemas de Defesa Antiaérea, Forças Conjuntas de Defesa e Projeção de Poder e Mísseis de Longo Alcance. O Subsistema de Segurança Cibernética, sob um ponto de vista diferente, também seria letal.

4) Adaptabilidade

O Sistema deveria ter os subsistemas mobiliados, equipados e adestrados para atuar em distintos tipos de conflitos e teatros de operações, após uma preparação específica para o ambiente de emprego. No entanto, haveria áreas prioritárias para a distribuição de recursos e adestramento. Alguns componentes do Sistema seriam especializados para atuar em conflitos e teatros de operações específicos, como a selva, por exemplo.

5) Proteção

O Sistema protegeria os próprios componentes e as infraestruturas críticas nacionais, mediante o emprego dos subsistemas contra os vetores do oponente.

6) Sustentabilidade

Seria fruto das logísticas estratégica e operacional, necessárias para garantir a permanência dos subsistemas em ação desde as situações de normalidade às de conflito. A logística operacional, na medida do possível, deveria realizar o apoio por área, tanto aos componentes dos subsistemas já desdobrados na região de emprego, quanto aos que viessem para completá-los. O ideal é que várias brigadas enquadrassem apenas elementos de manobra e comando e controle, recebendo o grosso dos apoios nos locais de adestramento ou de emprego, enquanto outras já os teriam como orgânicos.

Considerações Finais

A indigência militar do Brasil só será revertida com um Projeto de Estado de longo prazo, com alto e permanente investimento em defesa. Para isso, a Nação deve ser convencida de que existem ameaças potenciais e de que defesa, como seguros de vida, não se improvisa.

Desembargador
ROY REIS FRIEDE

|
67
|

Doutor em Direito Político

RESSUSCITAR A GUERRA FRIA: YES, WE CAN!

Desembargador ROY REIS FRIEDE
Doutor em Direito Político

O Candidato *BARACK OBAMA* forjou, durante sua campanha eleitoral, um dos mais espetaculares slogans que, de forma simples e objetiva, preconizou a efetiva possibilidade de se proceder a radicais mudanças nos rumos da política externa dos EUA.

Não obstante toda sorte de naturais desconfianças quanto à capacidade de fazer cumprir suas aparentemente utópicas promessas de campanha, é cediço concluir que, após a reiteração da força daquele “grito de esperança”, o vitorioso Presidente *OBAMA*, no auge do exercício de seu segundo mandato, reconhecidamente conseguiu provar de forma, no mínimo, surpreendente, ser capaz de tornar realidade o que parecia simplesmente impossível.

Após exonerar duas das poucas mentes pensantes de seu governo, - o Secretário de Defesa republicano *ROBERT GATES* (2006-2011) e a Secretária de Estado democrata *HILARY CLINTON* (2009-2013) -, *OBAMA* parece estar prestes a ultrapassar seu maior rival em “desastres de política externa”, o ex-Presidente *JIMMY CARTER* (1976-80), com a inimaginável possibilidade de lograr ressuscitar o que parecia completa e definitivamente sepultado nos últimos anos do século XX: o fantasma da Guerra Fria.

Numa clara e renovada demonstração de que seus mais veementes críticos tinham plena razão, um ainda despreparado e imaturo Presidente, - desafiando lições elementares de geopolítica -, simplesmente resolveu embarcar em uma “armadilha” de incentivar a derrubada de um presidente eleito democraticamente em uma ex-república soviética, habitada por cerca de 10 milhões de russos (mais de 20% da população), - a Ucrânia -, absolutamente estratégica para a sobrevivência das naturais aspirações

da legítima herdeira do muito que ainda restou do poder nacional da outrora União Soviética.

A irresponsável aventura, - cuja pronta resposta russa, com a imediata anexação da estratégica região autônoma da Criméia (pertencente à mesma até 1954), e uma mobilização militar fronteiriça sem precedentes, parece ter surpreendido por completo seus principais assessores -, destruiu, na prática, o que restava da frágil liderança estadunidense, deixando o presidente da maior potência econômico-militar do planeta simplesmente sem possibilidades reais de uma resposta convincente, salvo a gradativa implementação de perigosas sanções econômicas que podem conduzir a Rússia a uma nova (e até então impensável) confrontação bipolar.

Ademais, o Presidente *OBAMA* parece estar prestes a enterrar o pouco da credibilidade norte-americana (as duras penas conquistada pela Secretária *CLINTON*, quando, em seu encontro com o Secretário *SERGEI LAVROV* (2009), propôs um “*RESET*” nas relações russo-americanas) extremamente abaladas pelos inúmeros compromissos, pós-guerra fria, que simplesmente deixaram de ser cumpridos, especialmente a promessa que não haveria expansão da OTAN sobre os antigos integrantes do Pacto de Varsóvia e que, em nenhuma hipótese, seriam estacionadas forças militares em território da antiga Alemanha Oriental (condição acordada para a pacífica unificação da Alemanha) ou em países integrantes da antiga URSS.

Passados anos, após anos, as queixas de Moscou, parecem legitimar-se não somente pelas promessas vagas do passado, mas fundamentalmente pela insistência ocidental em instalar mísseis antibalísticos na Polônia, como ainda pelo desdobramento de forças da aliança militar ocidental até mesmo nos países bálticos fronteiriços à Rússia. Neste sentido, parece que o Kremlin resolveu estabelecer uma verdadeira “*linha vermelha*” na Ucrânia, o que simplesmente não pode ser ignorado, considerando ser a Rússia a segunda potência militar do planeta, dispondo de mais de 2.000 ogivas nucleares estratégicas, além de 5.000 ogivas de alcance intermediário.

É hora de os EUA entenderem que, como incontestes vencedores

da Guerra Fria, não podem, sob esta singela premissa, simplesmente humilhar o derrotado que, - apesar de seu substancial declínio de poder nacional -, continua dispondo de um formidável poder nuclear de alcance global, ainda capaz de levar o mundo para a pré-história civilizatória.

Permitir um segundo *round* a uma potência derrotada por pontos e não por *nocaute*, revela-se não somente insensato, como “joga por terra” todas as grandes conquistas, - baseadas na *cooperação* e não no *confronto* -, que nos permitiram os mais diversos e importantes acordos e compromissos internacionais, tais como os de *redução e monitoramento dos arsenais nucleares, segurança e não-proliferação, ações conjuntas em relação ao Irã*, além da luta comum contra o *terrorismo internacional*.

A VERDADE NECESSÁRIA SOBRE AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E A CNV

Desembargador ROY REIS FRIEDE
Doutor em Direito Político

Enquanto se consumiram, e em muitos aspectos continuam a se consumir, mesmo após a conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), elevados recursos, tempo e mobilizações nos âmbitos federal, estadual e municipal para investigar graves violações de direitos humanos ocorridas há quase meio século e, portanto, pertinentes ao âmbito histórico, muito mais graves (até porque atuais) violações de direitos humanos continuam a ser perpetradas no Brasil nos mais variados setores da sociedade civil. A contínua perseguição de minorias como os negros, homossexuais, indígenas, dentre outros, além da manutenção do preconceito de gênero e das violentas ações de intolerância religiosa continua pesando negativamente nas estatísticas do país.

De extrema gravidade são também as constatações do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ) no que concerne a situação das instituições prisionais brasileiras, que permitem a absoluta e recorrente degradação da dignidade humana. Tal como no passado, agentes do Estado Oficial ignoram os mais elementares direitos constitucionais expressos e legitimamente assegurados para todo o povo brasileiro. Estes, quer por atos comissivos, quer por simples omissões, perpetram as mais bárbaras ações, conforme constatou o CNJ: pessoas que, após simples interrogatório, encontram-se ilegalmente presas por mais de seis anos, muitas algemadas por mais de 30 dias nos corredores das cadeias, sem banho ou visitas e defecando sobre seus próprios pés.

Na era da “consagração dos direitos humanos”, essa realidade se configura como paradoxal, e não parece diversa das encontradas nas masmorras medievais e nas fortalezas construídas no início do século XIX, em que muros, células, ferrolhos e castigos visavam “modelar” os indivíduos desviantes das “normas e condutas”, muitos destes encarcerados pelo simples fato de serem diferentes. Hoje, consoante dados do Sistema de Informações Penitenciárias, a taxa de encarceramento do país aumentou quase 30% nos últimos cinco anos. A população adulta em prisões já passa de meio milhão de pessoas, o que excede em 43% a capacidade das penitenciárias.

O Relatório Mundial de Direitos Humanos, edição de 2014, elaborado pela ONG Human Rights Watch apresenta os desafios que o País ainda enfrenta, como a violência policial, o uso da tortura e a superlotação das prisões. Além do número excedente de presos por espaço e das más condições das cadeias, a tortura - não a pretérita, mas a presente nos dias atuais -, foi classificada pela ONG como um problema crônico nas delegacias de polícia e nas prisões brasileiras. As práticas abusivas de policiais, iguais às de muitos chefes de facções, são motivos de preocupação da instituição, porque tanto os agentes da lei que cometem abusos contra os presos como os agentes do denominado Estado Paralelo raramente respondem judicialmente pelos crimes.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública também mostram que 1.890 pessoas morreram em operações policiais no Brasil em 2012, uma média de 5 pessoas por dia. Enquanto nas cidades a

preocupação é com a ação das policias, no campo, os conflitos de terra levam a uma verdadeira batalha entre ativistas rurais e indígenas e donos de terra. Conforme a Comissão Pastoral da Terra, em 2012, 36 pessoas envolvidas em conflitos de terra foram mortas e 77 foram vítimas de tentativa de homicídio em todo o país.

Insta salientar ainda que, somente entre 2009 e 2011, o CNJ registrou a existência de 180 cadáveres cujas mortes simplesmente “não possuem causa”, um número proporcionalmente muito superior aos mortos e desaparecidos em torturas durante os 20 anos de vigência do chamado Regime Militar, e, o que é mais grave, no presente.

Portanto, resta urgente que providências efetivas sejam tomadas, notadamente pelo Executivo.

Coronel
WESLEY VANNUCHI

|
73
|

Mestre em Ciências Militares

O ASPECTO MULTIDIMENSIONAL DO PROGRAMA “AÇÃO CONTRA MINAS”

Coronel WESLEY VANNUCHI
Mestre em Ciências Militares

Em 1998, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Resolução A/53/26, que trata sobre Assistência para “Ação contra Minas”. Na ocasião, foi citada a criação do Serviço de Ação contra Minas das Nações Unidas (*United Nations Mine Action Service – UNMAS*), ocorrida em 1997, junto ao Departamento de Operações de Manutenção da Paz (Department of Peacekeeping Operations – DPKO).

O UNMAS, sendo considerado o ponto focal para o gerenciamento das ações de desminagem no âmbito do Sistema Nações Unidas, tinha a responsabilidade de assessorar e coordenar todas as ações relacionadas com o tema. A ONU estabelecia, assim, como visão “um mundo livre da ameaça de minas e restos explosivos de guerra (*Explosive Remnants of War – ERW*)”.

Para tanto, faz-se necessário um complexo planejamento, desde o nível político, englobando a ONU e o país anfitrião, até a operacionalização das atividades, na área contaminada, com a devida participação de pessoal tecnicamente capacitado, em um ambiente integrado por vários organismos.

Quando o Brasil iniciou sua participação em missões de desminagem na América Central, no início da década de 1990, as tarefas eram focadas, principalmente, na realização de desminagem humanitária, com o objetivo de entregar a área livre de minas. Caracterizava-se, então, o aspecto unidimensional da missão, por atuar somente em uma dimensão do problema. Com o avanço do programa, foram inseridas, de forma ainda incipiente, atividades de educação para o risco de minas e assistência às vítimas.

De modo semelhante à evolução das operações de paz da ONU, as ações de desminagem humanitária foram sendo ampliadas ao longo do tempo.

Verificou-se que, atuando somente em uma dimensão, não seria possível garantir a erradicação das minas e a segurança socioeconômica da população. Seria necessário, portanto, ater-se às outras dimensões, tais como produção, comercialização e disseminação de minas (contempladas, hoje, pelo Tratado de Ottawa, de 1997), além de considerar os aspectos relacionados às áreas educacional, social, ambiental e médica.

Dessa forma, outras ações foram sendo agregadas, com impacto direto para o nível político-militar. Se por um lado exigia a participação mais efetiva da comunidade internacional, representada por diversos órgãos, como ONU, Organização dos Estados Americanos (OEA), Junta Interamericana de Defesa (JID), União Africana; por outro lado, impactou a preparação dos militares, em virtude das vertentes logístico-administrativa, médica e instrucional.

Ao abordar os aspectos multidimensionais, tem-se uma visão sistêmica do programa, compreendendo o planejamento, a gestão e a execução, inseridos nas estruturas política, socioeconômica e militar do país anfitrião, e sofrendo as injunções conjunturais para a sua efetivação.

Conforme consta nas Normas Internacionais para a Ação contra Minas (*International Mine Action Standards – IMAS*), essa atividade constitui-se de cinco componentes, a saber:

1. Educação para o Risco de Minas (*Mine Risk Education – MRE*);
2. Desminagem Humanitária (*Humanitarian Demining – HD*), isto é, pesquisa em minas e restos explosivos de guerra, mapeamento, marcação e, quando necessário, limpeza;
3. Assistência às vítimas, incluindo reabilitação e reintegração;
4. Destruição de minas existentes armazenadas; e
5. Promoção da luta contra o uso das minas antipessoais (*Advocacy against the use of Anti-personnel Mines – APM*).

Para o UNMAS, “a Ação contra Minas não deve ser tratada como uma missão isolada. Insere-se significativamente em outros programas humanitários e relacionados ao desenvolvimento do país afetado. Em

alguns casos, está incorporada em uma operação de manutenção de paz.”

Atualmente, o UNMAS apoia ações em 40 países, trabalhando em conjunto com outros departamentos da ONU, agências, fundos e/ou programas, tais como: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF).

A amplitude das exigências para a efetivação do programa caracteriza-o como uma atividade multidimensional e tem reflexo direto na especialização de militares brasileiros. Hoje, no Brasil, duas organizações realizam curso/estágio de desminagem:

- Escola de Instrução Especializada (EsIE): o Estágio de Desminagem é altamente técnico, com foco direcionado para ações na área minada. Teve sua origem quando da necessidade de especializar militares brasileiros para participarem da missão de desminagem na América Central, na década de 1990; e

- Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB): o Curso de Desminagem Humanitária foi criado em 2010, a fim de atender às demandas crescentes relativas à especialização de militares nesse tema. Está direcionado, principalmente, para o gerenciamento das operações de desminagem, com foco na aplicação das Normas Internacionais para Ação contra Minas.

Do exposto, observa-se que o militar brasileiro, para ter uma noção adequada do aspecto multidimensional, deveria participar do Curso e do Estágio, o que não é muito comum.

Conclui-se que a compreensão de que o Programa “Ação contra Minas” está inserido em um contexto multidimensional permitirá:

- a preparação, com mais eficácia, dos militares brasileiros, especializando-os para participarem de outros componentes do programa, além da desminagem humanitária;

- o melhor entendimento da participação brasileira em missões de paz, voltadas para a ajuda humanitária;

- a participação, junto à ONU, em operações de consolidação da

paz, dentro do escopo da “ação contra minas”, visando aliviar os efeitos de um conflito recém-encerrado, em um contexto de desenvolvimento econômico e social do país afetado;

- a inserção nos fóruns de discussão internacional, relativos ao tema, permitindo incrementar o conhecimento dos militares brasileiros, padronizar a especialização e realizar intercâmbios com outros institutos internacionais;

- a ampliação da presença brasileira junto aos organismos internacionais; e

- a reformulação dos cursos e estágios das organizações militares brasileiras.

Acredita-se, assim, que o apoio a uma atividade complexa exige uma forma multidimensional de planejamento, preparação e execução.

BREVES REFLEXÕES SOBRE O DIREITO INTERNACIONAL E AS MINAS ANTIPESSOAIS

Coronel WESLEY VANNUCHI
Mestre em Ciências Militares

Em junho de 1859, Henri Dunant foi testemunha das trágicas consequências advindas da Batalha de Solferino, ocorrida ao norte da Itália. Em seu livro “Lembranças de Solferino”, em 1862, Dunant relatou sua experiência ao presenciar a falta de condições básicas de saúde para atenuar o sofrimento dos soldados. Propôs, então, a criação de um corpo de voluntários, para atender os feridos em combate, bem como o estabelecimento de tratados internacionais que protegessem esses voluntários.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha surge dos anseios de Dunant e, desde aquele tempo, as convenções e os protocolos têm

permitido ampliar a proteção humanitária e a assistência às vítimas de conflitos armados.

Nesse contexto, o emprego de minas antipessoais vem sendo fortemente regulamentado, já que o seu uso indiscriminado tem deixado um rastro de sofrimento e de perdas humanas.

As minas são consideradas armas de efeito pós-conflito, em virtude do seu poder de letalidade perdurar após o encerramento das hostilidades, impactando os aspectos socioeconômicos, inviabilizando o uso de áreas contaminadas e causando ferimentos e mortes. Esse fato ocorre, principalmente, quando os envolvidos pelo seu emprego não seguem a doutrina estabelecida pelos exércitos regulares com relação à sinalização, ao registro e à posterior limpeza (destruição) dos campos minados.

As minas possuem um princípio de acionamento muito elementar. A detonação ocorre, na grande maioria dos casos, quando é pressionada por um corpo externo, que pode ser uma pessoa (combatente, não combatente, adulto, criança, homem ou mulher), um animal ou um veículo. O peso necessário para o acionamento varia imensamente: algumas são acionadas com apenas 2 kg, enquanto outras necessitam de 25 kg.

Em virtude de sua característica de funcionamento, o uso de minas contraria alguns princípios básicos do direito internacional, a saber:

- Distinção – o seu acionamento mecânico não permite distinguir os combatentes dos não combatentes, adultos ou crianças. De acordo com o “Relatório *Landmine Monitor* 2015”, 88% dos acidentes com minas envolveram civis e 39% dos acidentados eram crianças.

- Proporcionalidade – as minas são artefatos passivos. Seu acionamento depende da ação externa, não havendo maneira de controlar a carga explosiva após o início da cadeia de acionamento. O impacto da explosão pode causar ferimentos e mortes, bem como danos materiais.

- Humanidade – o acidente com minas está intrinsecamente ligado ao sofrimento humano. Tanto os civis quanto os militares sofrem as consequências, quando atingidos por uma explosão.

O Protocolo II da Convenção das Nações Unidas sobre a Proibição ou a Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais de 1980, emendado

em 1996; e a Convenção sobre a Proibição do Uso, do Armazenamento, da Produção e da Transferência de Minas Antipessoais, tão bem como a sua Destruição, mais conhecida como Tratado de Ottawa, de 1997, são os instrumentos jurídicos que buscam limitar o emprego indiscriminado de minas antipessoais.

Após quase vinte anos da vigência desse Tratado, 162 países aderiram; 34 ainda não. O Tratado é muito transparente e ativo sobre as práticas a serem executadas pelos Estados-membros na contribuição para a erradicação das minas.

Na atual conjuntura, torna-se necessário observar, também, que outros atores não-estatais devem ser inseridos no contexto da erradicação das minas. São grupos rebeldes que exercem interferência nos conflitos armados, em um ou mais países, como parte de sua índole política, ideológica e/ou religiosa.

Esses atores não apresentam, necessariamente, qualquer vinculação com o país onde atuam, podendo estar presentes em mais de um, e não possuem compromisso com os instrumentos jurídicos internacionais relacionados ao emprego de minas. Como exemplo, cita-se a atuação do Estado Islâmico (EI) no Iraque e na Síria.

Recentemente, a imprensa noticiou que militares russos haviam desminado a cidade de Palmira, na Síria, dominada pelo EI. Tal fato representa apenas a ponta do *iceberg*, já que inúmeros outros grupos rebeldes possuem liberdade de ação para lançar minas ou artefatos explosivos improvisados de forma indiscriminada e irresponsável, mais notadamente nos seguintes países: Afeganistão, Colômbia, Líbia, Mianmar, Paquistão, Síria e Iêmen.

Finalmente, verifica-se que as normas vigentes do Direito Internacional, relacionadas com o emprego de minas antipessoais, não possuem alcance suficiente para inibir o seu uso por parte de grupos rebeldes, favorecidos, na maioria das vezes, pela falência governamental. Dessa forma, a inação jurídica dos Estados envolvidos contribui para a disseminação descontrolada das minas, impactando negativamente nas estatísticas e dificultando, cada vez mais, o fim desse flagelo humano.

Coronel
HÉLIO FERNANDO ROSA DE ARAÚJO

|
81
|

Mestre em Ciências Militares

A IMPRESCINDÍVEL CONTRIBUIÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS AO BRASIL

Coronel HÉLIO FERNANDO ROSA DE ARAÚJO
Mestre em Ciências Militares

Regresso às minhas reflexões para, desta feita, compartilhar um pouco de minha percepção sobre a imprescindível contribuição que as instituições militares brasileiras têm proporcionado ao País, extrapolando a tradicional e sistemática preparação para o exercício da guerra.

Forças armadas, em qualquer lugar do mundo, são instituições prestadoras de serviço e entendem que, por serem fiadoras das atividades de Segurança e de Defesa nos Estados organizados, há nobreza em seus officios.

Por outro lado, proporcionar Segurança e defender patrimônios são apenas duas das tarefas que compõem a pauta de ocupações dessas Forças. As demais decorrem das prioridades e dos interesses estabelecidos pelas sociedades.

Na realidade brasileira, dada a efetiva participação do estamento armado na consolidação do País como Estado-Nação, percebe-se que há um legado cooperativo de nossas Forças Armadas na prestação de serviços, imprimindo a digital militar ao desenvolvimento e ao fortalecimento da Nação de maior destaque político-econômico no cenário latino-americano.

Os brasileiros (e o mundo) vêm acompanhando o desenrolar da crise conjuntural do Brasil e, da análise desse ambiente, constata-se que a participação militar nesse contexto tem sido caracterizada pela estrita observância dos princípios que orientam a práxis castrense, potencializando o que é legal, estável e legítimo, e ofertando às instituições republicanas as melhores condições ao saudável exercício de suas atribuições, na busca da normalidade político-social.

No diapasão do apoio ao desenvolvimento nacional, um observador mais atento perceberá o Exército, por exemplo, cooperando para o avanço das obras que permitirão a transposição das águas do São Francisco, na expansão de nossa malha viária em cerca de trinta e três mil quilômetros e na ampliação do patrimônio público em quase setenta e duas mil obras de arte.

Nessa linha, podemos elencar, também, a contribuição fardada na proteção ao processo eleitoral, em todo o território; o suporte oferecido nos programas de distribuição emergencial de alimentos e de água; a guarda e o depósito de material didático para concursos públicos (provas do ENEM); o lançamento de cabos de fibra ótica na Amazônia e tantas outras.

Os chamados Grandes Eventos, que nas últimas duas décadas e meia deram significativa visibilidade extrarregional ao Brasil, exigiram cooperação absoluta do nosso estamento armado que, sinergicamente associado às agências que compõem a atividade de Segurança Pública, garantiu a manutenção da integridade dos atores envolvidos e a boa reputação do País no concerto das nações.

Nos Jogos Rio 2016, a Nação assistiu, além dos soldados armados e equipados nas principais vias das cidades-sede, à resultante bastante expressiva dos atletas que integraram o Programa de Atletas de Alto Rendimento do Ministério da Defesa, obtendo para o Brasil pouco mais de sessenta por cento das medalhas conquistadas na maior competição desportiva do Planeta.

É inegável que esses atletas proporcionaram às Forças Armadas importante e apreciável visibilidade. Ao País deram testemunho da eficácia do sistema castrense de gestão e ofereceram uma valiosa colaboração de civismo, estimulando a sociedade a repensar e a cultivar os valores que, na verdade, são de todos nós brasileiros.

O Serviço Militar, enquanto nivelador republicano por concepção, constitui outra boa sinalização desse aporte ao Brasil, em virtude do processo de construção do espírito patriótico e do aperfeiçoamento cívico proporcionados pelo ritual diário de culto às mais sagradas crenças da nacionalidade em nossas Organizações Militares.

A vigência do século das pujantes manifestações naturais, promovendo catástrofes em todos os cantos, impõe a necessidade de permanente aprestamento das forças de defesa, visando a esboçar reação e a oferecer alívio imediato ao flagelo que afeta as sociedades que lhes pagam os soldos.

No Brasil, isso não tem sido diferente, visto que, juntamente com os organismos de socorro da Defesa Civil, as Forças Armadas têm sido os primeiros instrumentos de reforço a serem empregados.

Do exposto, sou motivado a concluir que parece cada vez mais evidente que, embora devam estar preparadas para a intransigente defesa da Pátria, as Forças Armadas devem, também, refinar a capacitação para o cumprimento de tarefas diversificadas, que, na ausência de fricção, têm sido as demandas prioritárias da sociedade.

A qualidade do produto ofertado aos brasileiros será o motor do prestígio social de nossas instituições militares, aumentando a liberdade de manobra na concretização dos objetivos institucionais.

Os fatores de êxito aqui nominados impõem, a cada integrante das Forças, maior responsabilidade na conduta, na postura e na manutenção das habilidades que dão suporte à capacitação operacional, a fim de que o braço militar da nacionalidade siga emprestando acentuada contribuição e mantendo o Brasil, como sempre, Acima de Tudo!

Mostrar-se imprescindível é o desafio do momento!

Coronel
JACINTHO MAIA NETO

|
85
|

Doutor em Ciências Militares

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO (CEEEEx)

Coronel JACINTHO MAIA NETO
Doutor em Ciências militares

O Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx) é subordinado ao Estado-Maior do Exército (EME) e foi criado pela Portaria nº 051-EME, de 14 Julho de 2003, com o objetivo de estudar e propor políticas e estratégias de nível militar (não operacional), bem como acompanhar e avaliar, no nível nacional, políticas e estratégias ligadas aos interesses da Força.

Os trabalhos produzidos pelo Centro servem para subsidiar a Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx) e os planejamentos internos dos Órgãos de Direção Setorial (ODS), Órgão de Direção Geral (ODG) e Órgão de Direção Operacional.

Além disso, o Centro é responsável por incrementar o relacionamento do Exército Brasileiro com a comunidade acadêmica, por meio da realização de Seminários, participação em eventos acadêmicos e promoção de publicações sobre temas de defesa.

Desde 2012, o CEEEx realiza licitações anuais para a contratação de pesquisadores. Os professores selecionados trabalham em parceria com os analistas do Centro na produção de artigos e ensaios sobre temas de defesa que podem afetar o planejamento estratégico da Força.

Quatro vezes por ano, o Centro organiza Reuniões Temáticas, abertas ao público, para discutir as questões levantadas nos trabalhos dos pesquisadores. O objetivo desses encontros é permitir a ampla participação da sociedade no debate sobre Defesa, além de difundir as problemáticas que estão em pauta no Exército e no Ministério da Defesa.

Em 2016, o Centro lançou duas publicações: Análise Estratégica e Artigos Estratégicos. As primeiras edições contêm ensaios e artigos

produzidos pelos pesquisadores. As próximas edições serão abertas para a submissão de trabalhos de toda a comunidade acadêmica.

Mais detalhes sobre as atividades do CEEEx podem ser encontrados no site, lançado no dia 14 de Julho de 2016, data de comemoração dos 13 anos do Centro. Além de informações sobre integrantes, cenários prospectivos, notícias e publicações, o site possui um grande banco de dados, com um extenso levantamento sobre Documentos de Defesa, Ministérios da Defesa, Forças Armadas e Centros de Estudos de vários países. Lá, também, poderão ser encontrados os Programas de Pós-Graduação da área de Defesa e Relações Internacionais, revistas acadêmicas, organizações do Exército voltadas para o ensino, publicações do CEEEx e muito mais.

Coronel
GIOVANI MORETTO

|
89
|

Mestre em Ciências Militares

A SOCIEDADE E A SUA PROTEÇÃO PELA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Coronel GIOVANI MORETTO
Mestre em Ciências Militares

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) foi criada em 1999, reorganizando e reativando o Sistema de Inteligência de Estado, cabendo-lhe o papel de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). De acordo com a Lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o SISBIN é constituído pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que, direta ou indiretamente, produzem conhecimentos de interesse das atividades de Inteligência, em especial os responsáveis pela defesa externa, pela segurança interna e pelas relações exteriores. As Forças Armadas, por força de Lei, integram o SISBIN.

No corrente ano, por meio do Decreto Nº 8.793, a Presidência da República estabeleceu a Política Nacional de Inteligência (PNI), documento que orienta a atividade no País, em seu mais alto nível, elaborada em função dos valores e dos princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal e nos demais dispositivos legais vigentes. A PNI define os parâmetros e os limites de atuação da atividade de Inteligência e de seus executores e estabelece seus pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes, no âmbito do SISBIN.

De acordo com a PNI, a atividade de Inteligência é o exercício permanente de ações especializadas, voltadas para a produção e para a difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento das autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas de Estado.

A atividade de Inteligência baseia-se em sete pressupostos fundamentais: obedece à Constituição Federal e às Leis; é uma atividade

de Estado; é uma atividade de assessoramento oportuno; é uma atividade especializada; possui conduta ética; possui abrangência; e é de caráter permanente.

Observa-se que o primeiro pressuposto da atividade de Inteligência é a execução de suas atividades em estrita obediência ao ordenamento jurídico brasileiro, pautando-se pela fiel observância aos Princípios, Direitos e Garantias fundamentais expressos na Constituição Federal, em prol do bem comum e da defesa dos interesses da sociedade e do Estado Democrático de Direito.

O segundo pressuposto nos ensina que se trata de uma atividade exclusiva de Estado e de um instrumento de assessoramento de mais alto nível de seus governos, naquilo que diga respeito aos interesses da sociedade brasileira. Atende, precipuamente, ao Estado, não se colocando a serviço de grupos, ideologias e objetivos mutáveis e sujeitos às conjunturas político-partidárias.

A Inteligência é uma atividade especializada e tem o seu exercício alicerçado em um conjunto sólido de valores profissionais e em uma doutrina comum. Exige o emprego de meios sigilosos, como forma de preservar sua ação, seus métodos e processos, seus profissionais e suas fontes. Desenvolve ações de caráter sigiloso, não clandestino, destinadas à obtenção de dados indispensáveis ao processo decisório, indisponíveis para coleta ordinária em razão do acesso negado por seus detentores.

A PNI estabelece que a Inteligência possua uma abrangência tal que lhe possibilite identificar ameaças, riscos e oportunidades ao País e à sua população. Devido ao seu caráter permanente, a Inteligência é uma atividade perene e sua existência confunde-se com a do Estado ao qual serve. A necessidade de assessorar o processo decisório e de salvaguardar os ativos estratégicos da Nação é ditada pelo Estado, em situações de paz, de conflito ou de guerra.

Dentre os objetivos da Inteligência Nacional está o de contribuir para a promoção da segurança e dos interesses do Estado e da sociedade brasileira, por meio de atividades e da produção de conhecimentos de Inteligência que possibilitem acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa, assessorando o processo decisório nacional e a ação governamental.

A atividade de Inteligência, portanto, é desenvolvida de forma abrangente, perene e integrada, empregando meios e recursos humanos especializados e, quando necessário, de forma sigilosa, mas não clandestina. Acompanha a conjuntura de forma permanente. Identifica e monitora as ameaças a fim de manter o pleno exercício da garantia e da liberdade individual e de proteger a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Os homens e as mulheres que labutam nessa atividade são “Soldados do Silêncio”, não por transitarem nas sombras, mas por guardarem, com discrição, o bem mais precioso da sociedade: a liberdade dos seus cidadãos. O ordenamento jurídico vigente é o arcabouço legal que ampara o funcionamento da atividade de Inteligência, que não se sujeita aos interesses de grupos ou ideologias, tendo sempre em vista os objetivos maiores da nação e o bem comum da sociedade.

Coronel
ANDRÉ LUÍS CORREIA DE CASTRO

|
93
|

Mestre em Ciências Militares

A COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO NOS JOGOS RIO 2016

Coronel ANDRÉ LUÍS CORREIA DE CASTRO
Mestre em Ciências Militares

Os Jogos Olímpicos Rio 2016, maior evento esportivo e de mídia do planeta, foram realizados na Cidade do Rio de Janeiro e em cinco cidades-sede do futebol (Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Salvador e São Paulo), de 5 a 21 de agosto. Nesse período, ocorreram 42 campeonatos mundiais em 17 dias de competições. Houve a participação de 206 países, com, aproximadamente, 11 mil atletas, 45 mil voluntários e 25 mil profissionais de mídia credenciados.

94

Em seguida, de 7 a 18 de setembro, aconteceram os Jogos Paralímpicos Rio 2016, somente na capital fluminense. Na oportunidade, foram 23 campeonatos mundiais em 12 dias de provas. As competições contaram com a participação de 176 países, atingindo cerca de 4 mil e 300 atletas, 25 mil voluntários e 7 mil profissionais de mídia habilitados.

A concentração de dezenas de delegações olímpicas e de milhares de repórteres e turistas, todos de diferentes nacionalidades, somada à presença de inúmeros chefes de Estado e de intensa cobertura de mídia ao vivo, tornou o grande evento um catalisador de vantagens, mas também de riscos para o Brasil como país-sede. Em consequência, o Exército Brasileiro (EB) foi empregado em conjunto com a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira, sob a coordenação do Ministério da Defesa, em três grandes vertentes (Segurança e Defesa, Cessão de Instalações e Desporto), com destaque para a participação de atletas militares de alto rendimento, alcançando um efetivo aproximado de 22 mil militares.

Nesse cenário, o Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx) contribuiu para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 em ambiente pacífico e seguro, ao buscar manter

a superioridade da informação diante dos eventuais vetores de ameaça. Para tanto, o SISCOMSEx buscou assegurar o emprego coordenado da Comunicação Social (Com Soc), de modo a promover a sinergia de esforços na obtenção dos efeitos desejados, comunicando a atuação do EB nos eventos-teste e nos Jogos Rio 2016.

Em função da amplitude das atribuições do Exército e das peculiaridades da Capital do Rio de Janeiro, os Jogos representaram um desafio de elevada prioridade no corrente ano, para o qual a Com Soc constituiu-se em ferramenta extremamente importante, ao gerar a visibilidade necessária para o êxito das missões. Com esse intuito, o SISCOMSEx imprimiu todos os esforços para o sucesso das ações, catalisando a opinião pública em prol da divulgação, proteção e fortalecimento da imagem da Força.

Em virtude da grandiosidade dos Jogos, houve necessidade de organizar uma estrutura peculiar, por meio da convocação de militares com capacidades técnicas e expertises em Comunicação. Esses profissionais, habilitados e vocacionados, puderam integrar os destacamentos empregados na divulgação do Exército, em diferentes áreas de participação. Com base nesses recursos humanos selecionados, criteriosamente, no SISCOMSEx, coube ao Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) estabelecer uma composição proativa e capaz de desempenhar as atividades atinentes à Com Soc: Relações Públicas, Informações Públicas e Divulgação Institucional.

Desse modo, com a finalidade de facilitar a integração das atribuições previstas no planejamento de segurança interagências, empregaram-se os seguintes recursos de Com Soc:

1. Destacamento Central: foi o responsável pela coordenação geral dos meios de Com Soc. Desdobrou-se no CCOMSEx e desenvolveu a interação entre os elementos de Comunicação e os diferentes públicos consumidores de informação;

2. Destacamento do Coordenador Geral de Defesa de Área: operou na cobertura da atuação do EB no centro e zona sul do Rio de Janeiro e no Centro de Capacitação Física do Exército. Comunicou o emprego do EB nos eventos-teste e nos Jogos Rio 2016, tanto nas

operações de preparação e condução, quanto na participação de atletas de alto rendimento nas competições;

3. **Destacamento Deodoro:** realizou o esforço principal para cobrir as ações que ocorreram na Vila Militar e Deodoro, além de difundir os encargos do Exército nas vênues da Vila Militar e atuar como assessoria de imprensa do Comando de Defesa Setorial (CDS) Deodoro;

4. **Destacamento Barra:** cobriu os trabalhos na região da Barra da Tijuca, divulgou a atuação da Força nas vênues da Barra e desempenhou assessoria de imprensa do CDS Barra;

5. **Destacamento Maracanã:** promoveu a cobertura das tarefas na região do Maracanã e na área do Estádio do Engenhão, comunicou o funcionamento do EB nas vênues do Maracanã e agiu como assessoria de imprensa do CDS Maracanã;

6. **SISCOMSEx:** organismo que desenvolveu as campanhas institucionais das editorias de Com Soc¹: Ministério da Defesa, Comando de Operações Terrestres, Coordenador Geral de Defesa de Área, Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terror, Centro de Coordenação e Fiscalização de Explosivos, Centro de Coordenação de Segurança e Defesa Cibernética, Defesa Antiaérea, Comando de Defesa de Área, CDS Barra, CDS Deodoro, CDS Maracanã, Centro de Capacitação Física do Exército e Assessoria Especial para os Jogos Olímpicos;

7. **CCOMSEx:** por ser um dos Órgãos de Assessoramento Direto e Imediato (OADI) e o Órgão Central do SISCOMSEx, foi o responsável pelas atividades ordinárias, extraordinárias e complementares de interesse do Comandante do Exército; e

8. **Estruturas de Com Soc dos Comandos Militares de Área:** asseguraram o desenvolvimento da comunicação em caráter regional nos Grandes Comandos, sendo apoiadas por integrantes do SISCOMSEx.

Visando à melhor interface com os diversificados públicos, o Exército desenvolveu um portal de notícias para a divulgação do emprego da Força nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Essa página na internet funcionou de forma ágil, dinâmica e envolvente, ao

¹Equipes de Comunicação Social responsáveis pela busca de pautas e assuntos de vulto em cada área.

publicar artigos, vídeos, reportagens e notícias para acompanhamento dos treinamentos e das ações das tropas, bem como da preparação e das conquistas dos atletas militares.

Em consequência, a ampla cobertura dos Jogos permitiu o desenvolvimento de uma cultura de integração entre as Forças Armadas e de interoperabilidade interagências, o que possibilitou destacar a participação do Exército em um acontecimento de magnitude ímpar, exaltar os valores militares e enaltecer o sentimento de cidadania e nacionalidade em toda a sociedade brasileira.

Como resultado de tamanha empreitada, os números decorrentes do trabalho de Comunicação Social na exposição do EB nos Jogos Rio 2016 apresentaram-se igualmente expressivos. Os produtos tiveram um alcance global de quase 37 milhões de pessoas. Já o portal “*Exército Brasileiro: a Força nas Olimpíadas*” obteve 229 mil acessos. Além disso, foram três milhões e meio de visualizações no Facebook e quase 300 mil no YouTube. Confira os dados:

PRODUTO	MÍDIA	QUANTIDADE
Matérias	Portal dos Jogos	448
	Twitter do Exército	482
	Facebook do Exército	59
Vídeos	YouTube do Exército	125
	Facebook do Exército	26

Por fim, cabe registrar que a presteza e a proatividade no atendimento às demandas da imprensa e no gerenciamento das crises advindas com a ação das Forças Armadas criaram condições favoráveis para que, ao final dos Jogos, fosse computado para a Instituição, nas principais fontes jornalísticas do País, o retorno em mídia espontânea positiva da ordem de R\$ 145.408.000,00. Esse resultado é considerado altamente positivo diante da complexidade da operação Jogos Rio 2016 e dos desafios que esse evento multiesportivo representou para a preservação e o fortalecimento da imagem do Exército.

Coronel
ALESSANDRO VISACRO

|
99
|

Mestre em Ciências Militares

LEGITIMIDADE: A DIMENSÃO ESTRATÉGICA DAS AÇÕES TÁTICAS

Coronel ALESSANDRO VISACRO
Mestre em Ciências Militares

100 | A guerra na “idade do aço” se caracterizava pela pequena incidência de restrições legais sobre as operações militares, aplicação do poder de combate em toda sua plenitude e ampla liberdade para o emprego da máxima força letal. Desde a marcha empreendida pelo General Sherman, através da Virgínia, durante o primeiro conflito da era industrial (a Guerra de Secessão norte-americana, 1861-1865), até atingir seus píncaros, na Segunda Guerra Mundial, com a aplicação do conceito de bombardeio estratégico formulado pelo General italiano Giulio Douhet, toda brutalidade e violência indiscriminadas eram admissíveis e pareciam se justificar em face do objetivo militar pretendido. As devastações de Dresden, Hamburgo, Hiroshima e Nagasaki, por exemplo, corroboraram a ideia equivocada de que, na guerra, os fins justificam quaisquer meios.

Nos conflitos atuais, a opinião pública doméstica e a internacional têm acesso a um volume considerável de imagens e informações acerca das operações militares, graças, sobretudo, à onipresença da mídia, às comunicações em escala global e à farta disponibilidade de tecnologia da informação. Em toda sociedade, diminui a tolerância a flagrantes infrações dos Direitos Humanos. Portanto, violações de conduta e descumprimento de normas legais e regras de engajamento, nos menores escalões táticos, possuem desdobramentos negativos que colocam em risco a execução da missão nos níveis político e estratégico. Essa é a essência do conceito de “cabo estratégico”, elaborado pelo General Charles Krulak. Ou seja, na era da informação, restrições jurídicas e pressões da opinião pública se combinam para impor a aplicação seletiva e precisa da capacidade destrutiva visando à redução dos indesejáveis danos colaterais. As operações que ignoram tais preceitos se tornaram tão obsoletas quanto as cargas de cavalaria!

Em especial, na luta contra atores armados não estatais, a legitimidade do poder público e a conquista do apoio da população se impõem como questões centrais. Assim sendo, o uso da força deve revestir-se de uma moralidade irretocável. A conduta das unidades militares deve se tornar o maior trunfo de uma campanha agressiva de comunicação estratégica destinada a arrebatrar “corações e mentes”. A colaboração dos habitantes locais, o respaldo da opinião pública doméstica e a aquiescência da comunidade internacional são fatores determinantes do sucesso. Portanto, há que se ter o cuidado extremo de não comprometer a consecução de objetivos políticos relevantes pela busca intransigente de ganhos táticos efêmeros nos menores escalões.

Todo o processo de preparação da tropa, desde seus estágios iniciais até a consecução dos objetivos de instrução mais avançados, deve contribuir efetivamente para o desenvolvimento de mecanismos de prevenção de violações de conduta. Uma política de “tolerância zero” deve ser levada a cabo com determinação em todos os níveis da cadeia de comando. Execuções extrajudiciais, torturas, maus-tratos, desaparecimentos forçados, saques, espólios, subornos e outras práticas nocivas são potencialmente capazes de causar maior prejuízo aos propósitos da campanha do que qualquer ação em força empreendida por guerrilheiros, terroristas ou quadrilhas armadas. A esse respeito, a Batalha de Argel, travada no ano de 1957, durante a guerra de independência da Argélia (1954-1962), é bastante elucidativa. Sua história demonstra como uma vitória militar, obtida ao custo de “concessões” éticas e morais, pode levar um país à derrota política.

Em um período da história no qual a guerra parece ter retornado à sua forma mais primitiva de barbárie, líderes perspicazes devem compreender que, além de superioridade tática, técnica, tecnológica e logística, a vitória na era da informação exige, também, superioridade ética e moral. Decapitações e ataques a civis podem gerar grande impacto em um curto prazo. Porém, vitórias estratégicas que lancem os fundamentos de uma paz justa e duradoura não podem ser alcançadas sem que a opinião pública tenha clara a percepção acerca da legitimidade do uso da força.

POR QUE TRANSFORMAR O EXÉRCITO?

Coronel ALESSANDRO VISACRO
Mestre em Ciências Militares

Muito embora seja incontestável a subordinação da guerra à política, na estrita acepção de Clausewitz, limitar seu entendimento apenas a essa relação de subordinação obscurece o fato de que, antes de ser um fenômeno político, a guerra é também um fenômeno social. Essa assertiva, aparentemente trivial, leva-nos à conclusão de que transformações na conduta da guerra são, antes de tudo, decorrentes de transformações sociais.

No momento em que a humanidade deixa a era industrial para ingressar na era da informação, passando por rápidas e profundas alterações, há que se procurar entender, de forma objetiva, como essas mudanças afetam a natureza dos conflitos armados e impõem necessariamente uma *redefinição* e uma *ampliação* das agendas nacionais de segurança e defesa. Essa talvez seja a questão central dos esforços de especialistas que tentam delinear o ambiente estratégico futuro, dotando as instituições militares de capacidades que lhes permitam, de fato, expandir seu repertório de missões para fazer frente a complexas e difusas ameaças.

Portanto, a crença equivocada de que se adequar às exigências do século XXI restringe-se, tão somente, à mera aquisição de moderna tecnologia pode frustrar as expectativas dos soldados. Ao contrário, é preciso “pensar” em termos de um ambiente político, econômico e social significativamente mais complexo. Assim como já aconteceu no passado, a forma tradicional de entender e pensar a respeito da guerra tornou-se incompatível com novas realidades.

Não obstante, novas ideias se chocam com dogmas profundamente arraigados na ortodoxia do pensamento castrense conservador, fazendo com que conceitos inovadores se transformem em mero recurso

semântico. Guerra de quarta geração, combate assimétrico e conflito persistente, por exemplo, tornaram-se lugar-comum nas preleções doutrinárias. Essas expressões associadas a outros termos técnicos enriqueceram o vocabulário dos soldados, dando-lhe uma conotação futurista. Entretanto, na maioria dos exércitos do planeta, persiste o incondicional apego a preceitos da era industrial e à lógica cartesiana e mecanicista que lhe é própria.

Contudo, antes de responder à questão sobre o tipo de força que estará apta a travar e vencer as guerras na era da informação, há que se realizar uma criteriosa análise do ambiente de conflito do século XXI. Afinal, poucos fenômenos são tão recorrentes na história militar quanto exércitos se preparando para lutar a guerra errada.

Desde a segunda metade do século XVII, o objetivo precípua da “defesa” tem sido a preservação do Estado, bem como a consecução de suas metas políticas, ante as *ameaças provenientes de outros Estados nacionais*. Essa característica fundamental foi acentuada, nos séculos XVIII e XIX, pelas profundas transformações políticas, sociais, econômicas, militares e científico-tecnológicas, advindas das revoluções Francesa e Industrial.

As duas guerras mundiais consagraram o estereótipo da “guerra industrial” como dogma, tanto para a formulação de políticas de defesa quanto para a destinação das forças armadas. É inegável que o senso comum conserva um entendimento da guerra limitado, essencialmente, ao conflito interestatal, protagonizado por exércitos nacionais permanentes e orientado para a consecução de objetivos políticos na estrita acepção de Clausewitz. É para esse tipo de guerra que as forças armadas, em todo o planeta, têm se organizado, treinado e desenvolvido suas capacidades.

Todavia, as primeiras décadas do século XXI impõem uma nova realidade. Vivemos em uma *era de predomínio absoluto da violência armada não estatal*. Um período da história no qual o pretense monopólio estatal sobre a aplicação da força coercitiva foi, definitivamente, quebrado. Trata-se de uma verdadeira ruptura paradigmática. De tal sorte que, até mesmo, as mais modernas e bem treinadas unidades de combate se mostram inadequadas e ineficazes diante do atual ambiente de conflito.

A constatação de que a crença ocidental no poder irrestrito dos canhões não mais atende às demandas de defesa de uma nova era tem motivado, ao longo dos últimos anos, um profundo debate acerca da condução da guerra. Em busca de respostas satisfatórias para “novos” desafios e “novas” ameaças, especialistas, em todo o mundo, têm se dedicado ao estudo prospectivo dos conflitos do século XXI, esperando definir suas características fundamentais e, com isso, orientar adequadamente a evolução de suas forças armadas para uma ordem pós-industrial.

Muitos céticos, munidos do pensamento conservador, refutam cabalmente a ideia de que seja necessária uma “releitura” dos conflitos armados. Afinal, “pequenas guerras” e atores armados não estatais, como, por exemplo, bandoleiros, salteadores, guerrilheiros, insurretos e terroristas sempre fizeram parte da história.

Como admitir, porém, que a humanidade deixa a “idade do aço” e ingressa na era da informação, passando, mais uma vez, por profundas transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais, sem reconhecer que tal fato exerce influência direta sobre a conduta da guerra? Ou como explicar os repetidos insucessos das mais poderosas forças armadas do planeta, imersas em intermináveis e inconclusivos conflitos irregulares assimétricos?

De fato, o curso da história da humanidade, necessariamente, insere os conflitos armados em um contexto social, político, geopolítico, econômico, ambiental e científico-tecnológico mais amplo. É a conjunção desses fatores que define a natureza da guerra, e não o contrário. Todavia, o apego incondicional a uma visão ortodoxa dos conflitos armados e, por conseguinte, do próprio papel idealizado para as forças armadas em uma ordem vestfaliana, restringe, sobremaneira, a readequação das instituições militares à era da informação, obstruindo o uso coerente e eficaz do poderio bélico convencional. Na verdade, as áreas conflagradas ao redor do mundo têm explicitamente demonstrado, ao longo das últimas décadas, o quão inócuo e anacrônico se tornou o uso da força militar calcado nos preceitos e parâmetros da era industrial.

A “globalização da violência” apresenta novos desafios, exigindo esforços bem mais abrangentes do que os estreitos limites do campo militar podem oferecer. Ademais, a tecnologia da informação, que permite o fácil estabelecimento de conexões entre redes globais de cooperação, aliada à busca por formas alternativas de financiamento, tem aproximado facções extremistas e organizações criminosas ligadas, sobretudo, ao tráfico internacional de drogas e de armas e à lavagem de dinheiro. É provável que os exércitos nacionais continuem sendo facilmente atraídos para lutarem, sob a ríspida censura da opinião pública, em conflitos prolongados, em que uma vitória rápida e decisiva não possa ser obtida, simplesmente, pela superioridade bélica convencional. Portanto, tornou-se indispensável reavaliar os preceitos de segurança e defesa, indo muito além da simples capacitação de forças convencionais para a contrainsurgência. Uma nova abordagem deve ter como ponto de partida a redefinição das ameaças à sociedade, incluindo atores não estatais de atuação doméstica e transnacional.

Ao contrário do que muitos creem, a aquisição de novas capacidades para operar em um amplo espectro de conflitos não implica em perda ou em redução de eficiência nas táticas convencionais de combate terrestre. As forças armadas não devem jamais descuidar de suas “missões tradicionais”, sob pena de se tornarem débeis e ineficazes, perdendo seu poder dissuasório. Contudo, para fazer face às ameaças deste século, devem redimensionar seu emprego e suas aptidões nos mais diversos espectros de conflitos. A visão dogmática que estereotipa a guerra apenas como um confronto formal entre dois exércitos regulares deve, finalmente, ser posta de lado.

ADESTRAMENTO CULTURAL

Coronel ALESSANDRO VISACRO
Mestre em Ciências Militares

A tendência natural de restringir as profundas transformações advindas da era da informação ao impacto de modernas tecnologias e à economia globalizada limita a percepção da verdadeira amplitude das mudanças sociais ora em curso. Contrariando as expectativas daqueles que apostaram no “fim da História”, o fenômeno da globalização motivou, justamente (como um de seus efeitos não previstos e paradoxais), o fortalecimento de identidades culturais locais, em detrimento da formação de uma suposta homogeneidade cultural de âmbito planetário.

106 | Sendo o conflito armado de qualquer natureza, sobretudo, uma atividade do domínio social, reconhecemos que as transformações das sociedades (e entre elas) afetam, necessariamente, a conduta da guerra. Assim sendo, podemos constatar que, no curso das operações militares, peculiaridades da cultura local vêm adquirindo relevância cada vez maior. Nesse contexto, dá-se o advento da inteligência cultural, conhecida, também, por inteligência etnográfica, atividade sistematizada, destinada a subsidiar o processo decisório e a apoiar ações nos níveis político, estratégico e tático.

Em conflitos pretéritos, a percepção do componente cultural era deixada, aleatoriamente, a cargo do gênio de determinados comandantes em campanha, dentre os quais podemos destacar T. E. Lawrence (“Lawrence da Arábia”), assessor britânico durante a Revolta Árabe (1916-1918). Porém, o moderno campo de batalha não aceita tamanho empirismo. Para Megan Scully, “o conhecimento da cultura e da sociedade do inimigo talvez seja mais importante do que o conhecimento da sua ordem de batalha”.

Até mesmo sociedades multiétnicas negligenciam, comumente, a análise cultural, apegando-se a preceitos etnocêntricos, em detrimento

do uso hábil e competente da “ferramenta cultural”. Nos cenários atuais, esse tipo de postura obtusa e intransigente pode afetar, decisivamente, o curso de uma campanha militar, antes mesmo do desdobramento de tropas no terreno.

Em ambientes onde prevaleçam riscos de natureza assimétrica e intensa atuação de atores armados não estatais, nenhuma força poderá prescindir de um eficiente adestramento cultural. Portanto, no século XXI, líderes competentes deverão demonstrar, necessariamente, acurada percepção do componente cultural em todas as operações militares, onde quer que elas se desenvolvam – desde as “etnorregiões” que abrigam culturas autóctones, como as nossas terras indígenas, até as favelas do Haiti, por exemplo.

Com muita propriedade, o General de Brigada **Álvaro de Souza Pinheiro** assegura que “o conhecimento cultural tornou-se impositivo, porque é, atualmente, um poderoso multiplicador de forças. Significa muito mais do que o mero domínio de línguas. Consubstancia-se no conhecimento histórico, costumes sociais e religiosos, valores e tradições. Não raro, esse conhecimento torna-se mais importante que o conhecimento fisiográfico do terreno. A empatia transformou-se numa poderosa arma.”

Acertadamente, os soldados vêm recorrendo a antropólogos e a outros cientistas sociais, com o intuito de melhor adequar as operações militares a realidades culturais discrepantes, respeitando as idiosincrasias étnicas e regionais, a fim de assegurar a plena consecução de seus objetivos no teatro de operações. Essa conscientização já se incorporou à doutrina militar de alguns países.

Especialistas advogam que os conflitos armados no século XXI não se restringirão aos aspectos puramente militares da luta. O componente cultural das operações militares vem adquirindo uma importância crescente. O advento da inteligência etnográfica e a constatação da necessidade de prover adestramento cultural às tropas corroboram essa assertiva. Ainda que o povo brasileiro, graças à sua formação histórica, possua habilidade intercultural inata, é bastante temerário acreditar que essa virtude, por si só, seja suficiente a ponto de dispensar um treinamento robusto e sistematizado.

Coronel R/1
MÁRIO HECKSHER NETO

|
109
|

Doutor em Estudos, Planejamentos e Aplicações Militares pela ECEME

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E LIDERANÇA

Coronel R/1 MÁRIO HECKSHER NETO
Doutor em Estudos, Planejamentos e Aplicações Militares pela ECEME

No início dos anos oitenta, o psicólogo Howard Gardner propôs a teoria das inteligências múltiplas, definindo sete inteligências a partir do conceito que o ser humano possui um conjunto de diferentes capacidades. São elas:

- A LÓGICO-MATEMÁTICA, que está associada diretamente ao pensamento científico e ao raciocínio lógico e dedutivo: matemáticos e cientistas têm essa capacidade privilegiada;

- A LINGUÍSTICA, que está associada à habilidade de se expressar por meio da linguagem verbal, escrita e oral: advogados, escritores e locutores a exploram bem;

- A ESPACIAL, que está associada ao sentimento de direção, à capacidade de formar um modelo mental e utilizá-lo para se orientar; é importante, tanto para navegadores como para cirurgiões ou escultores;

- A MUSICAL, que está associada à capacidade de expressar-se por meio da música, ou seja, dos sons, organizando-os de forma criativa, a partir dos tons e timbres;

- A CORPORAL-CINESTÉSICA, que está associada aos movimentos do corpo, que pode ser um instrumento de expressão: dançarinos, atletas, cirurgiões e mecânicos valem-se dela;

- A INTERPESSOAL, que está associada à habilidade de notar e interpretar o humor, o temperamento, as motivações e as intenções das pessoas, relacionando-se bem com elas; é necessária para vendedores, sacerdotes, políticos, professores e líderes; e

- A INTRAPESSOAL, que está associada à capacidade de estar bem consigo mesmo, de conseguir controlar os próprios sentimentos, de conhecer-se e de usar essas informações para alcançar objetivos pessoais.

Howard Gardner mostrou, ainda, que cada tipo de inteligência parece desenvolver-se de forma independente dos demais e que o alto desempenho em uma das formas não implica o mesmo desempenho em outra.

A teoria da inteligência emocional, proposta por Peter Salovey e Daniel Goleman, está relacionada às **inteligências intrapessoal e interpessoal** e será resumidamente estudada neste artigo, devido à sua crescente importância para a liderança, focada através da visão da teoria do campo social. Na verdade, será a inteligência emocional que permitirá ao comandante, em qualquer escalão, agir com sereno rigor quando precisar corrigir algum de seus subordinados.

Os estudiosos da inteligência emocional dividem-na em quatro habilidades fundamentais:

- Conhecimento das próprias emoções (autoconhecimento).
- Capacidade de controlar essas emoções (autocontrole ou equilíbrio emocional).
- Reconhecimento das emoções nas demais pessoas ou grupos (empatia).
- Administração dos relacionamentos com pessoas ou grupos (uso correto da autoridade que lhe foi delegada, da paciência e do tato).

A primeira habilidade diz respeito à capacidade individual de entender as próprias emoções e sentimentos, sabendo como esses evoluem com o passar do tempo.

Daniel Goleman e outros estudiosos chamam tal capacidade de “consciência paralela” e afirmam que um elevado nível de autoconhecimento representa a diferença entre um mero “ataque de raiva” e o reconhecimento do ataque de raiva, isto é, saber que “estou com raiva agora”.

Portanto, o autoconhecimento constitui-se em um fator fundamental no controle das emoções. Para adquiri-lo é preciso fazer um trabalho de treinamento que permita à pessoa regular suas ações, mesmo durante experiências emocionais complexas e causadoras de desequilíbrios, como as situações de guerra, por exemplo.

Na realidade, diante de um estímulo emocional, as respostas fisiológicas acontecem de modo imprevisível. Resultados de pesquisas

neurológicas sugerem que reações químicas e elétricas no cérebro humano, provocadas por interferências emocionais, causam forte influência no pensamento. Emoções extremas e traumáticas tendem a induzir reações ou respostas instintivas aos estímulos sofridos.

Em seu livro “Inteligência Emocional”, Goleman descreve a maneira como o cérebro humano age, gravando todas as experiências ou “situações críticas” ocorridas durante a vida do indivíduo. Essas passagens permanecem, de forma indelével, escritas na mente. Quando circunstâncias semelhantes às vividas são reproduzidas, o organismo reage instintivamente ao impulso recebido, em uma fração de segundo, antes de equacionar uma resposta lógica e objetiva às situações consideradas.

Essas respostas instintivas são fatores importantes para a sobrevivência do indivíduo em situações de perigo. Em conseqüência, é possível utilizar tais conceitos no treinamento de militares que enfrentarão os perigos do campo de batalha. Por outro lado, essas reações poderão produzir agressividade em excesso, nociva à inteligência emocional, pela possibilidade de exacerbar o uso da autoridade e inibir a paciência, a empatia e o tato, dificultando ou impedindo que indivíduos, em funções de direção e controle de grupos, atuem com sereno rigor.

A terceira habilidade, reconhecer as emoções em outras pessoas ou grupos, confunde-se com a empatia, característica fundamental da personalidade, segundo Goleman.

Observa-se que as pessoas, em muitas ocasiões, não expressam diretamente seus sentimentos e muitas coisas ficam escondidas sob um manto que só pode ser levantado por intermédio da cuidadosa observação das expressões faciais, dos gestos, do tom de voz e do entendimento das meias palavras.

Se, por exemplo, um comandante militar perguntar se está tudo bem, ao subordinado que passar cabisbaixo e visivelmente desanimado, esse tenderá a dizer que sim, por não querer apresentar sinais de fraqueza. Dificilmente confessará o motivo real de seu desânimo. Portanto, será preciso pesquisar e observar melhor. Tal trabalho só pode ser feito por alguém que tenha boa inteligência emocional e, conseqüentemente, boa dose de empatia.

O bom ambiente de trabalho criado pelo diretor diz respeito à aplicação de sua inteligência emocional em relação ao grupo que lhe foi dado a dirigir. A fim de gerar tal ambiente, são importantes as três primeiras habilidades estudadas. No entanto, é a quarta habilidade, administração dos relacionamentos, que contém as ações que devem ser desenvolvidas para que seja criado um clima de confiança entre o diretor e o grupo.

As perguntas críticas que o diretor deve fazer frequentemente são:

- Estou usando minha autoridade de maneira correta?
- Meus subordinados aceitam bem a minha autoridade?

O modo como uma pessoa emprega a autoridade da qual foi investida e como esse uso é entendido pelos subordinados são fatores importantes para que surjam, ou não, a **confiança** e a **credibilidade** em relação àquele indivíduo.

Concluindo, ressalta-se a necessidade de que os diretores, comandantes e gerentes, em todos os níveis, estejam atentos para as questões ligadas à inteligência emocional, que os auxiliarão a estabelecer laços de liderança com os subordinados.

BREVE ESTUDO DA ÉTICA E DA MORAL E DOS SEUS EFEITOS NA LIDERANÇA

Coronel R/1 MÁRIO HECKSHER NETO
Doutor em Estudos, Planejamentos e Aplicações Militares pela ECEME

Ética é uma palavra de origem grega, que pode ter dois entendimentos: o primeiro origina-se na palavra *éthos*, pronunciada com o e curto (pronúncia fechada), que foi traduzida para o latim com o significado de *costume*; a segunda, com grafia igual, *éthos*, mas falada com o e longo (pronúncia aberta) e que significa propriedade de caráter. O primeiro entendimento deu origem à palavra **moral** e o segundo orienta a utilização da palavra **ética**.

A ética, também chamada a “**filosofia da moral**”, faz o estudo geral (nos campos: econômico, político, psicossocial, científico-tecnológico e militar), sobre o que é bom ou mal, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado. O estudo ético justifica, ou não, as regras propostas pela moral e pelo direito. Entretanto é diferente de ambos, porque não cria novas regras. O que caracteriza a ética é, basicamente, a reflexão sobre as ações humanas, no que concerne aos fundamentos da vida moral, em todos os campos acima mencionados.

Por sua vez, a moral pode ser definida como um conjunto de regras ou normas, que, em princípio, já passaram por um processo ético de avaliação e que determinam o comportamento do indivíduo em uma dada sociedade. Estas normas, externas, geralmente antecedem o indivíduo, isto é, ao nascer, ou ao ingressar em uma instituição, ele já se encontra limitado por um conjunto de regras de comportamento que a sociedade espera que sejam respeitadas.

A moral diz respeito aos costumes, princípios, códigos e normas que tentam regulamentar a maneira de agir das pessoas sob o ponto de vista do que é bom ou mau. Portanto, a questão básica da moralidade é saber diferenciar o bem do mal. A moral responde à pergunta: **O que posso e o que não posso fazer?**

Cinco aspectos devem ser observados em relação à moral:

- As regras estabelecidas pela moral podem variar no tempo e nas sociedades. Exemplos: a escravidão, aceita até um determinado momento na civilização ocidental, é hoje considerada abominável; e a poligamia, aceita no islamismo, é reprovada no cristianismo. Entretanto, como a humanidade não pode, a cada geração, reinventar a roda, pois, se assim fosse, não haveria progresso, do mesmo modo, se a todo momento for necessário discutir e refazer normas já consagradas, a humanidade nunca conseguirá elevar seu nível moral e estaremos regredindo a cada minuto, até voltarmos aos padrões dos homens das cavernas.

- A moral não é um simples catálogo de proibições, porque não é negativista, mas construtiva, uma vez que orienta o homem, que tem livre arbítrio, na escolha de seu próprio destino.

- A norma moral tem caráter coletivo e expressa o que está

enraizado na tradição, ou foi recentemente estabelecido pela sociedade, mas só tem valor real se for aceita em termos pessoais, isto é, se for internalizada e praticada pelo indivíduo. Portanto, quando se educa a juventude, não basta pregar uma relação de normas para o bom convívio social. É preciso que o educador explique, acredite e pratique o que fala, tornando-se o exemplo vivo daquilo que prega. O ato moral é complexo; o ideal é que ele seja livre, consciente e intencional, porque diz respeito à responsabilidade do indivíduo com a sociedade a que pertence.

- Para ser respeitado, aquele que exerce uma função de comando ou direção, em qualquer nível, terá que pautar a sua vida por padrões morais aceitos pelo grupo ao qual está integrado e cabe a ele transmitir aos subordinados os princípios morais da instituição, ou do grupo social a que pertence. **Se assim não for, não obterá a confiança do grupo, não terá credibilidade e não virá a liderá-lo.**

- Entretanto, é difícil estabelecer, a priori, um código de conduta para todas as situações da vida. Por isto, quando se está na dúvida sobre o que fazer (dúvida ética), é conveniente lembrar a **Regra de Ouro**, também chamada de Princípio da Reciprocidade, que pode ser expressa da seguinte forma:

Trate os outros como você gostaria de ser tratado e só faça aquilo que você gostaria de ver os outros fazerem.

SERIA A HUMILDADE UMA CARACTERÍSTICA INDIVIDUAL QUE FAVORECE A LIDERANÇA?

Coronel R/1 MÁRIO HECKSHER NETO
Doutor em Estudos, Planejamentos e Aplicações Militares pela ECEME

Nos últimos tempos, alguns passaram a citar a humildade como uma qualidade do líder. Mas seria a humildade uma característica individual que favorece a liderança?

Liderar é influenciar pessoas por intermédio da confiança obtida junto a elas. Por este motivo, se diz que a confiança é o alicerce da liderança.

Observa-se que, de um modo geral, as pessoas gostam e confiam quando alguém importante, por exemplo, o Papa, mostra-se com simplicidade, destituído de vaidades, parecendo ser uma pessoa humilde.

Mas a humildade, para ser útil à liderança, precisa ser bem definida, pois a humildade excessiva poderá não criar no grupo a confiança que o líder precisa adquirir. Por que isto acontece?

Ocorre que a humildade pode entrar em conflito com a autoconfiança, característica bastante perceptível, muito importante na obtenção da confiança de um grupo de pessoas. Entretanto, os autoconfiantes nem sempre são humildes, ao contrário, muitas vezes são arrogantes ou prepotentes, características ruins que abalam a confiança.

Por outro lado, o humilde precisa adquirir autoconfiança, porque ninguém conseguirá inspirar confiança nos outros sem ter confiança em si próprio.

116

Considere-se ainda que muitas pessoas querem receber uma orientação segura de alguém em quem confiem. Este orientador, para exercer sua influência, deverá ser uma pessoa que tenha, ao mesmo tempo, a dose certa de autoconfiança e humildade.

É interessante lembrar que o pastor caminha humildemente junto com suas ovelhas, mas ele precisa saber e mostrar, com exatidão, onde estão os bons pastos, as fontes de água e os abrigos. Tem, ainda, o dever de ser autoconfiante e corajoso, para proteger o seu rebanho dos lobos famintos. E não há coragem sem autoconfiança.

As ovelhas confiam no pastor que as protege.

O humilde pastor guia e protege o rebanho; o pastor é o líder.

MULHERES COMBATENTES E LIDERANÇA MILITAR

Coronel R/1 MÁRIO HECKSHER NETO

Doutor em Estudos, Planejamentos e Aplicações Militares pela ECEME

Certo dia, a ex-presidente foi à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) para assistir à cerimônia de entrega dos espadins aos cadetes do primeiro ano. Ao perceber que não havia mulheres naquela turma, quis saber o motivo e mostrou-se aborrecida porque o Exército não formava mulheres combatentes.

Poucas semanas depois, um diploma legal, concebido na Presidência, determinava que a AMAN formasse oficiais mulheres. É interessante mencionar que, naquela época, na Escola Naval e na Academia da Força Aérea, isso já estava ocorrendo. O Exército também havia incorporado mulheres oficiais de carreira, por intermédio do Quadro Complementar, do Serviço de Saúde e do Quadro de Engenheiros Militares.

Em pesquisa sobre mulheres combatentes, pude inferir que o ingresso do sexo feminino nas Forças Armadas, nos mais diversos países, ocorreu sempre por dois motivos principais: por pressões de grupos de ativistas e das decisões políticas delas resultantes; e devido às necessidades reais de defesa, causadas, geralmente, pelo pequeno efetivo masculino existente, insuficiente para prover a segurança nacional.

No Brasil, tanto na Marinha, como no Exército e na Aeronáutica, em razão do tamanho da população masculina e da inexistência de ameaças iminentes, a legislação não obriga o sexo feminino à prestação do serviço militar. Em consequência, a existência de mulheres militares tornou-se realidade por meras decisões políticas, não amparadas em reais necessidades de defesa, mas motivadas por um direito de igualdade entre os sexos, que jamais foi reivindicado claramente.

Meus comentários neste pequeno artigo não irão se referir aos

problemas administrativos e aos gastos gerados por essas decisões políticas, mas àqueles afetos à formação das mulheres, para que estas sejam **capazes de comandar grupos militares em situações de crise**, exercitando, de forma legal e adequada, a autoridade da qual estarão investidas, administrando corretamente os recursos humanos, materiais e financeiros que estiverem ao seu comando e **liderando os seus subordinados**, influenciando-os, por intermédio da confiança conquistada, para que sejam disciplinados, obedeçam às ordens dos escalões superiores, mesmo em situações de risco de vida, e participem, de forma proativa, do cumprimento das missões recebidas pelos grupos aos quais pertencerem.

Sabemos que a liderança militar, nos diversos níveis da hierarquia, não ocorrerá apenas devido a truques ou a artifícios aplicados sobre o grupo, tampouco em função das características favoráveis demonstradas pelo comandante. Sabemos, também, que os estudos, as experiências e o desenvolvimento das mencionadas características poderão facilitar o exercício do comando.

118 | Como exemplo, podemos citar o caso real de dois capitães. O primeiro era um indivíduo inseguro e que demonstrava dificuldade para tomar decisões, principalmente, sob pressão. O segundo era autoconfiante, decidia com rapidez e de forma certa, inclusive, em situações de crise. **Quando se observava esses dois indivíduos comandando, via-se que o grupo diretamente subordinado ao segundo capitão tinha um desempenho bem superior ao comandado pelo primeiro.**

Por isso, na AMAN, deseja-se que o discente (cadete) internalize uma série de valores importantes, que ajudarão o indivíduo a tomar as atitudes corretas, evidenciadas por meio do seu comportamento nas mais diversas situações. No caso relatado no parágrafo anterior, a decisão e a autoconfiança são exemplos de valores importantes para os militares.

Mas o que é a internalização de um valor? É um processo pelo qual uma pessoa incorpora ao seu caráter, inconscientemente, um valor que foi, para ela, identificado por outro indivíduo ou por um grupo social. Quando o cadete ingressa na AMAN, os instrutores identificam para ele uma série de valores importantes que, se forem internalizados,

aumentarão a capacidade de liderança, ao passo que, se não forem interiorizados, dificultarão a atuação como comandante capaz de liderar.

Observando-se dois cadetes, um do quarto ano e outro do primeiro, nota-se uma enorme diferença atitudinal, porque o “mais antigo” (jargão militar que significa “o que está acima na hierarquia”) já internalizou determinados valores, que ainda não foram assimilados pelo outro.

Entretanto, para que os valores identificados para os cadetes sejam por eles internalizados, duas situações são necessárias:

- a execução de certos trabalhos fundamentais, como treinamento físico militar, tiro com todas as armas, explosivos e destruições, instruções de equitação, estágios da Seção de Instrução Especial, exercícios de campanha, exercícios de desenvolvimento da liderança, marchas a pé, aulas das diversas disciplinas, além da vivência escolar, conforme rígidos padrões disciplinares, e do convívio diário em regime de internato, sem conflitos e sem promiscuidade, com os companheiros; e

- a atuação efetiva dos instrutores, que procuram, por intermédio de bons exemplos e de mensagens corretas, obter a confiança e a credibilidade dos cadetes, para poder convencê-los da importância dos valores identificados.

Tudo o que se faz, durante a formação do oficial combatente na AMAN, destina-se a possibilitar a esse indivíduo comandar grupos militares, de diversos tipos, em situações de combate. Esse oficial será o que vai à frente, orientando, conduzindo, exigindo e dando, enfim, bons exemplos em todas as situações.

As mulheres que ingressarão na AMAN serão destinadas aos Cursos de Intendência e de Material Bélico. Aqueles que estão pouco familiarizados com a formação dos oficiais combatentes de carreira, que constituem a coluna vertebral da Força Terrestre, poderiam pensar que as mulheres estariam sendo poupadas das atividades mais difíceis e perigosas. Contudo, na guerra de 4ª geração, isso não costuma acontecer. Não há “linhas de frente” e todos estarão envolvidos diretamente nos combates. Por isso, há diversos trabalhos comuns, indispensáveis à formação dos cadetes de todos os Cursos.

Portanto, as mulheres precisarão ter uma formação similar à dos homens, sob pena de não internalizarem valores fundamentais, necessários aos militares que precisarão comandar outros indivíduos em situações de combate. Entenda-se que não estou falando de tempos de paz. Refiro-me a conflitos armados, **à guerra**.

Então, a dúvida que precisa ser esclarecida é a seguinte:

As mulheres, que desejarem ser combatentes, poderão suportar a dura formação, que lhes dará a capacidade para enfrentar o inimigo quando estiverem comandando os subordinados na guerra?

Coronel R/1
MOACIR WILSON DE SÁ FERREIRA

|
121
|

Doutor em Ciências Militares pela ECEME

SOBERANIA E DEFESA NACIONAL: DESAFIOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Coronel R/1 MOACIR WILSON DE SÁ FERREIRA
Doutor em Ciências Militares pela ECEME

Nesse cenário tão conflituoso e de difícil conciliação de diferenças e de interesses entre Estados e sociedades, surge o tema Defesa Nacional como premissa fundamental de garantia da Soberania e de manutenção da Paz, dentro dos limites territoriais e extraterritoriais do País.

O Ministério da Defesa (MD) desenvolve, atualmente, na fase final, a revisão quadrienal dos documentos de Defesa Nacional: Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. Nesse contexto, na opinião deste autor, torna-se oportuna uma breve reflexão em relação à Soberania e à Defesa Nacional, como desafios da sociedade brasileira.

A Estratégia Nacional de Defesa (END)¹ destaca, na sua introdução, que “o crescente desenvolvimento do Brasil deve ser acompanhado pelo aumento do preparo de sua defesa contra ameaças e agressões. A sociedade brasileira vem tomando consciência da responsabilidade com a preservação da independência do País. O planejamento de ações destinadas à Defesa Nacional, a cargo do Estado, tem seu documento condicionante de mais alto nível na Política Nacional de Defesa (PND)², que estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa. O primeiro deles é a garantia da soberania (grifo do autor), do patrimônio nacional e da integridade territorial”.

* Coronel R1 de Cavalaria, Assessor Militar do Subchefe de Assuntos Internacionais do MD

¹ A Estratégia Nacional de Defesa (END) foi editada como Decreto nº 6703, de 18 de dezembro de 2008, e revista em 2012, quando foi aprovada a versão atualmente em vigor.

² A Política de Defesa Nacional (PDN) foi editada como Decreto nº 5484, de 30 de junho de 2005, atualizada em 2012, passando a se chamar Política Nacional de Defesa (PND).

Destacam-se, no momento de transformações que atravessa a Nação brasileira, a responsabilidade e o comprometimento da sociedade com a implementação das ações que fortaleçam a Defesa e a Soberania do Estado brasileiro, cuja construção remonta à sua fundação e deve ajustar-se, na atualidade, à sua estatura político-estratégica.

A Política Nacional de Defesa define Segurança como “a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e de ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício do direito e deveres constitucionais” e Defesa como um “conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”. Segurança, portanto, é um estado, um sentimento; e Defesa, um ato, que remete às ações e medidas concretas.

O Estado brasileiro tem a Soberania como um dos seus Objetivos Fundamentais³, juntamente com a Democracia, a Integração Nacional, a Integridade do Patrimônio Nacional, a Paz Social e o Progresso. Espera-se que ações efetivas sejam adotadas pela sociedade brasileira para garantir a paz interna e externa, com a afirmação cada vez mais contundente de que cabe ao Brasil decidir soberanamente sobre as questões que envolvem os interesses nacionais, respeitadas às normas internacionais que regulam as relações entre Nações soberanas.

Reconhecida a necessidade de maior conscientização e participação da sociedade nos assuntos e temas relacionados à Soberania e à Defesa Nacional, as autoridades e as instituições devem trabalhar juntas para o debate em torno do tema, em um amplo exercício de participação da sociedade, que signifique o desenvolvimento de uma consciência nacional pró-soberania e pró-defesa, bem como de respeito à Democracia e ao Estado brasileiro, que deve não apenas assegurar os direitos dos cidadãos, mas também os seus deveres para com esse mesmo Estado.

³ A Estratégia Nacional de Defesa (END) foi editada como Decreto nº 6703, de 18 de dezembro de 2008, e revista em 2012, quando foi aprovada a versão atualmente em vigor.

Tenente Coronel
ALEXANDRE SCHOLTZ

|
125
|

Pós-graduado em Gestão da Comunicação das Organizações

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL FORMANDO OPINIÕES: O ESTUDO DE CASO SOBRE O GIBI RECRUTINHA

Tenente Coronel ALEXANDRE SCHOLTZ
Pós-graduado em Gestão da Comunicação das Organizações

A comunicação, em todas as suas expressões, é de extrema importância para a relação entre as instituições e a sociedade. À medida que se solidifica a necessidade de um relacionamento mais estreito e mais transparente entre as instituições e seus diversos públicos, pode ser trabalhada a ideia de que a comunicação social está presente por meio de suas variadas estratégias e ferramentas.

Uma dessas ferramentas são as histórias em quadrinhos (HQ's). Elas surgiram para compor uma página ou uma tira em um jornal ou em uma revista. Da época do primeiro quadrinho até os dias atuais, a política, o humor e os heróis já passaram pelas páginas dos gibis, como são chamadas carinhosamente as revistas em quadrinhos no Brasil.

O presente artigo é um desdobramento do trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão da Comunicação nas Organizações e se propõe a analisar a percepção das crianças em relação ao gibi Recrutinha e a verificar a relação entre essa percepção e o fortalecimento da imagem do Exército Brasileiro perante esse segmento de público.

O gibi Recrutinha é uma revista temática infanto-juvenil com histórias em quadrinhos e é distribuída gratuitamente, pelo menos duas vezes ao ano, pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx).

As crianças e os jovens sempre se interessaram pelas atividades do Exército, pois faziam muitas perguntas aos soldados, seja em desfiles

militares como, o de 7 de setembro, seja em exposições de materiais militares ou visitas aos quartéis. Assim, verificou-se a necessidade de confeccionar produtos voltados para o público infanto-juvenil. Em outubro de 2000, foi produzido pelo CCOMSEx o primeiro tabloide dirigido a este público, que foi distribuído em escolas, feiras e exposições em que o Exército participava.

Devido ao sucesso do tabloide foi criado uma personagem que integrasse as crianças e os jovens ao universo militar, atraindo ainda mais a atenção dos leitores destas faixas etárias. No início, foi criada uma onça, pois chamaria a atenção para a necessidade de preservar o meio ambiente. Todavia, a onça limitaria a área de atuação da personagem. Então, foi criado um soldado do Exército, chamado de Recrutinha.

Em abril de 2006, foi lançada a primeira edição do gibi Recrutinha e, em 2009, surgiu outra importante personagem, a Olivinha, devido ao aumento de mulheres interessadas em entrar para o Exército.

Uma pesquisa de campo com crianças de 6 a 8 anos foi aplicada para avaliar a percepção do público infantil sobre o gibi Recrutinha.

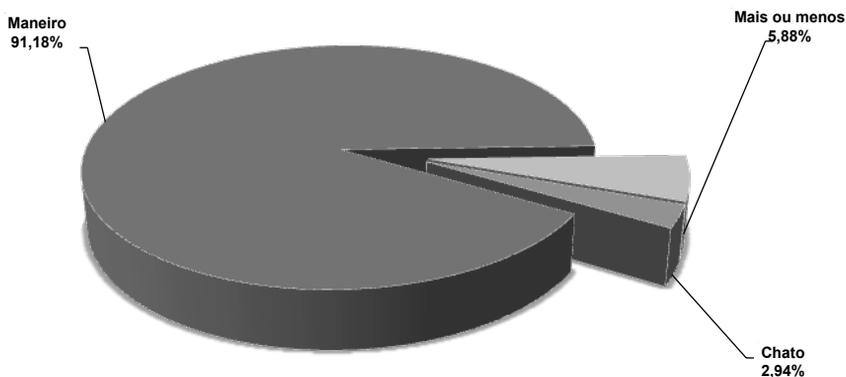


Gráfico 1

Na questão, “O que você achou do Recrutinha?”, foi observado que a maioria, 91,18%, marcou a opção “Maneiro”. Podemos dizer, assim, que as crianças gostaram muito do Recrutinha, facilitando a absorção da mensagem institucional transmitida pelo gibi.

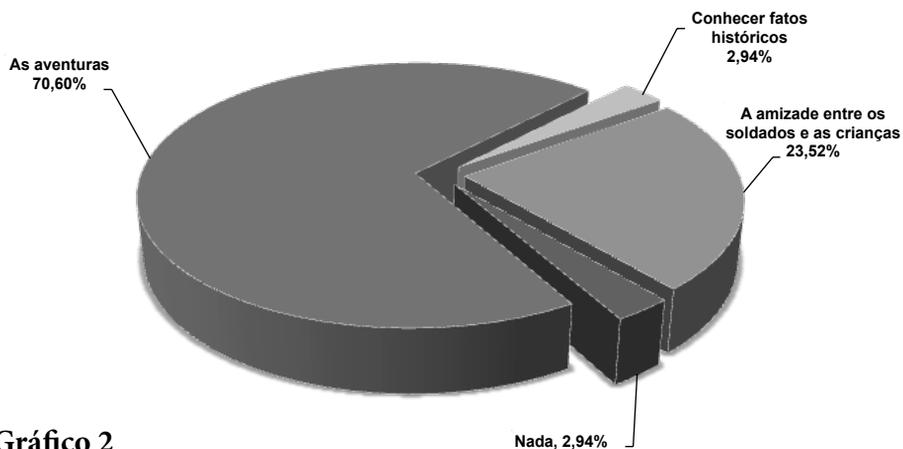


Gráfico 2

No gráfico acima, observa-se o que as crianças mais apreciaram nas histórias. Consta-se que 70,60% dos entrevistados gostaram das “Aventuras” do Recrutinha; 23,52%, da “Amizade entre soldados e crianças”; 2,94%, de tudo no gibi e 2,94% gostaram de “Conhecer fatos históricos”. A partir dessa questão, chega-se à conclusão de que a grande maioria das crianças preferem aventuras, ou seja, quando o Recrutinha participa ativamente da história e não é um mero contador de fatos históricos.

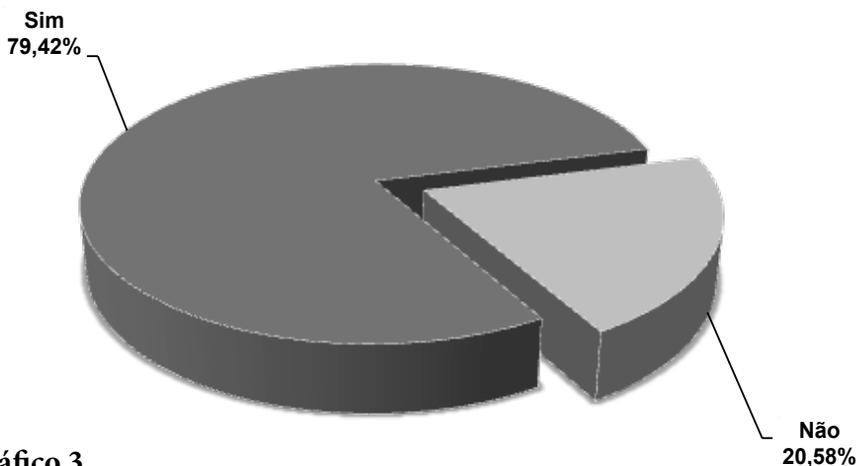


Gráfico 3

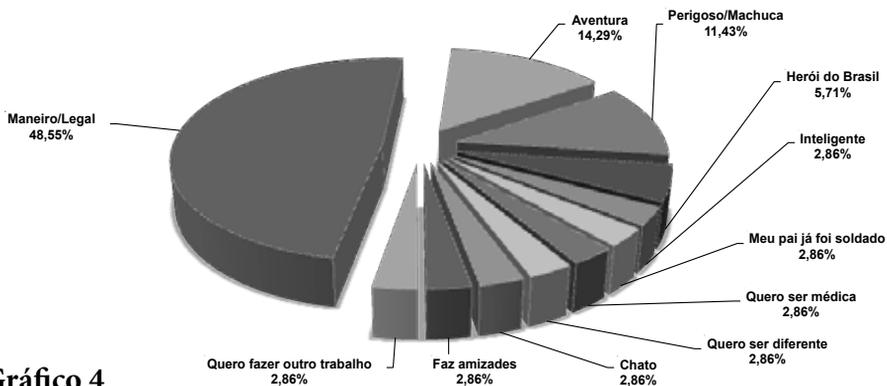


Gráfico 4

Os gráficos 3 e 4 complementam-se. Na pergunta 3, deseja-se saber se a criança gostaria de ser como o Recrutinha ou, para as meninas, como a Olivinha. Já a pergunta 4 busca mostrar o porquê da resposta dada. A maioria das crianças, 79,42%, selecionaram a opção sim, ou seja, afirmaram que gostariam de ser como o Recrutinha ou a Olivinha e somente 20,58% responderam que não queriam ser como os personagens do gibi Recrutinha. Ao analisar o gráfico 4, observamos que houve uma grande quantidade de respostas sobre a possibilidade de gostar ou não gostar dos personagens. Podemos citar que quase a metade, 48,55%, destacou que gostaria de ser como eles, por serem “Maneiros/legais”, 14,29% queriam participar de “Aventuras”, dentre outras respostas. Com relação aos que optaram por respostas negativas na questão 4, 11,43% não gostariam de ser como eles, por exercerem um “Trabalho perigoso e que machuca”. Outros respondentes escolheram as opções “Quero ser médica”, “Quero fazer outro trabalho” e “Chato”, cada um com 2,86%. Percebe-se que apenas a alternativa “Chato” pode ser realmente considerada negativa. Até mesmo as crianças que consideram as atividades dos personagens perigosas ou que machucam podem vir a ter uma imagem positiva deles ou tomá-los como exemplos.

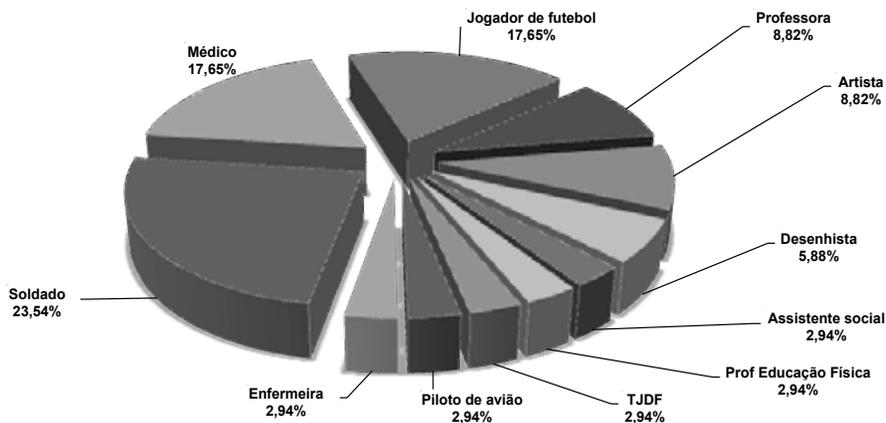


Gráfico 5 – Quando for grande, o que você quer ser?

No gráfico 5, havia quatro opções a marcar: “Professora”, “Médico”, “Soldado” e “Bombeiro”. A criança ainda poderia escrever livremente o que quer ser quando crescer. Verificamos que ser “Soldado”, com 23,54%, seguido por ser “Médico” e “Jogador de futebol”, com 17,65% cada, foram as escolhas de 1/4 das crianças, mostrando que o contato com as HQs do Recrutinha podem ter mudado a percepção dos entrevistados em relação ao que querem ser quando forem grandes.

Após análise das respostas, verificamos que as crianças internalizaram os personagens e que a continuidade da leitura do gibi Recrutinha permitirá que essa modalidade de comunicação institucional forme opiniões positivas acerca do papel do Exército na sociedade, modificando a configuração mental e afetiva.

Pelo breve estudo acima exposto, é possível estabelecer a relação entre história em quadrinhos institucional e agregação de valor à imagem do Exército Brasileiro, além de compreender que a comunicação institucional, abordada nesse trabalho por intermédio do gibi Recrutinha, pode formar opiniões favoráveis à Força, fortalecendo a imagem do Exército perante o público infantil.

Após a análise da pesquisa, concluímos que as crianças gostaram muito do gibi, o que facilitou a absorção da mensagem institucional

transmitida; que gostariam de ser como os personagens das histórias, refletindo os atributos do Exército e criando uma identidade com os militares; e que querem ser soldados quando crescer, mostrando que o contato com as HQs do Recrutinha influenciou a percepção dos entrevistados em relação ao que querem ser quando forem adultos.

Major
JOSÉ ROBERTO PINHO DE ANDRADE LIMA

|
133
|

Doutor em Saúde Pública

“SAUDE ÚNICA” E OPERACIONALIDADE NAS MISSÕES DE PAZ: O PAPEL ESTRATÉGICO DO VETERINÁRIO MILITAR

Major JOSÉ ROBERTO PINHO DE ANDRADE LIMA
Doutor em Saúde Pública

O Brasil tem tido atuação importante na ONU e sua participação em Missões de Paz com tropa é crescente. Doenças infecciosas tem sido um desafio permanente para os militares de vários países desdobrados em áreas de conflito, em especial as zoonoses, que se caracterizam como doenças infecciosas transmitidas de animais vertebrados para humanos e vice-versa.

O presente estudo buscou levantar os principais riscos biológicos relacionados ao ambiente a que são submetidos os militares brasileiros em missões de paz da ONU, mostrando o papel dos veterinários militares na proteção da operacionalidade – da Força de combate. É um estudo transversal descritivo e bibliográfico que acessou dados de bases de periódicos e documentos institucionais. Apresenta-se a síntese dos dados sobre risco e morbimortalidade por doenças infecciosas nas missões em Suez, Angola, Moçambique, Timor Leste, Haiti e Líbano. Foram ressaltadas, ainda, as principais atribuições dos veterinários em campanha, considerando a visão de “Saúde Única”, afirmando o papel estratégico deste especialista garantindo a proteção da saúde da tropa.

Nos últimos 35 anos, a humanidade tem sido assolada por uma crescente onda de surtos provocados por novos e antigos patógenos, sendo que 65% das 215 mais relevantes enfermidades infecciosas humanas emergentes são zoonoses. São exemplos destas ameaças biológicas: HIV/AIDS, SARS, Ebola, Influenza aviária (H5N1), Antrax, Campylobacteriose, Encefalite do Nilo Ocidental e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MER-CoV). Conhecer e gerenciar a interface

homem-animal-meio ambiente, atribuição precípua dos veterinários, é ponto chave para a prevenção e controle das principais doenças endêmicas, emergentes e reemergentes no teatro das operações militares.

Baseado na experiência recente de participação de oficiais veterinários brasileiros junto aos contingentes no Haiti, este trabalho apresenta os principais riscos biológicos relacionados ao meio ambiente nas missões de paz onde os cerca de 45.000 militares brasileiros foram desdobrados nos últimos 58 anos. Apresentou, também, a base doutrinária da atuação deste sanitarista, delineando-se as principais missões desempenhadas na proteção da operacionalidade da tropa, em especial nas áreas de segurança de alimentos, gestão ambiental e controle de zoonoses e vetores.

Considerando a visão atua de “Saúde Única”, que associa 75% das enfermidades infecciosas humanas a interface homem-animal-meio ambiente, revela-se estratégica a participação dos médicos veterinários militares no planejamento, preparo, desdobramento no terreno e desmobilização das tropas em missão de paz. Deve-se aprender com as lições do passado, com os vários surtos que comprometeram a operacionalidade da tropa e mesmo com as mortes de militares desdobrados em território estrangeiro. Estas experiências, aliadas as melhores práticas das Forças Armadas de nações desenvolvidas como EUA, França e Inglaterra, reforçam a necessidade de colocar os veterinários militares brasileiros, definitivamente, envolvido nas futuras missões no terreno, por exemplo, no treinamento de observadores militares e, principalmente, no planejamento e preparo de futuros Batalhões e Companhias de Força de Paz.

Major
CRISTIAN CRISOSELIS GOMES

|
137
|

Especialista em Operações Militares

COLÉGIOS MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO – COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO DE JOVENS CALCADA EM VALORES ÉTICOS E MORAIS

Major CRISTIAN CRISOSELIS GOMES
Especialista em Operações Militares

No momento em que o Brasil discute a reestruturação e revisão dos currículos dos Ensinos Fundamental e Médio, é importante destacar a contribuição do Exército Brasileiro na educação dos jovens brasileiros por meio do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) que atende tanto a família militar, como também a sociedade em geral, tendo o concurso público como porta de entrada.

Os CM, portanto, são organizações militares (OM) que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica, com a finalidade de atender ao Ensino Preparatório e Assistencial, subordinam-se, diretamente, à Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) e destinam-se a capacitar os alunos para o ingresso em estabelecimentos de ensino militares, com prioridade para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), e para instituições civis de ensino superior, ministrando a educação básica, nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio.

Os currículos são preparados a partir de um paradigma tradicional, como, por exemplo, na disciplina de História, que tem uma periodicidade ocidental: pré-história, antiguidade, idade média, idade moderna e idade contemporânea. Os assuntos (conteúdos ou objetos do conhecimento) são elencados na perspectiva da História Integrada, ou seja, História do Brasil e Geral simultaneamente, sendo revisados a cada 3 (três) anos em um estudo integrado que reúne um professor, civil ou militar, representante de cada CM. O mesmo é realizado de modo análogo em todas as disciplinas.

A educação preparatória, neste sentido, prepara para a vida. *Preparar para a vida é capacitar todos os discentes à busca ética da felicidade e da realização pessoal, entendendo como em aberto esta capacitação. O ensino preparatório deve habilitar todos os alunos ao prosseguimento dos estudos, seja pelo despertar das vocações militares, seja pela preparação aos processos seletivos ao ensino superior.*

Este ensino deve, portanto, preparar para a sociedade do futuro, marcada pelo avanço tecnológico, pelo mercado de trabalho volátil e competitivo, onde a posse do conhecimento não é suficiente, mas, também, a flexibilidade de seu emprego em conjunção às relações interpessoais.

A educação assistencial remete à gênese e à justificativa do próprio SCMB, a busca do equacionamento das vicissitudes inerentes à profissão militar, das dificuldades impostas à família castrense que impactam o moral da tropa.

É neste cenário que se inserem os Colégios Militares, educandários fortemente ancorados nos valores éticos e morais, nos costumes e nas tradições cultuados pelo Exército Brasileiro. É deste somatório que emerge a identidade do Sistema, o diferencial capaz de gerar vínculo, apego e sentimento de pertença aos Colégios. Como estabelecimentos de ensino filiados aos códigos do Exército, os Colégios Militares sustentam-se sobre os mesmos pilares: a hierarquia e a disciplina.

O SCMB preocupa-se em formar jovens ativos e criativos, autônomos e autores, providos de competências, habilidades e de valores éticos e morais cultuados pelo Exército Brasileiro, ou seja, indivíduos responsáveis, atuantes e transformadores.

Major
MAURÍCIO JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA

|
141
|

Mestre em Comunicação Social

O INTEGRANTE DO EXÉRCITO BRASILEIRO E A SUA IMPORTÂNCIA COMO COMUNICADOR SOCIAL NO SÉCULO XXI

Major MAURÍCIO JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA
Mestre em Comunicação Social

O Brasil, com sua liderança natural no contexto da América do Sul e sua destacada participação nos principais fóruns de discussões mundiais, vem assumindo novas responsabilidades, que naturalmente trazem reflexos no campo militar. Neste mister, o Exército Brasileiro vem cada vez mais participando de diversas missões dentro e fora do país, o que requer um melhor preparo de seus recursos humanos para o enfrentamento de novos desafios, dentre os quais podemos citar, o da segurança pública, na sua concepção “Braço Forte”, e o da Operação Pipa, na vertente “Mão Amiga”, indo muito além destes.

A responsabilidade pela valorização da imagem institucional do Exército Brasileiro é um dever de cada integrante, seja militar ou servidor civil, não importando o lugar que ocupa na hierarquia funcional, pois esta é o resultado da integração sinérgica das pessoas que nela trabalham e a reputação que desfruta decorre do que essas pessoas projetam, individual e coletivamente, junto às comunidades e à sociedade como um todo. Esta consideração é verdadeira na medida em que, hoje em dia, a mídia tem enorme capacidade de divulgação de notícias em tempo real.

Há de se compreender que a instituição está inserida na sociedade do espetáculo, na qual toda notícia que possa manchar a imagem da mesma e que de certa forma fuja da normalidade, será explorada ao máximo pelos órgãos de imprensa nacional, pois consegue facilmente ser vendida e veiculada para a sociedade brasileira. A repercussão causada pela mídia perante um ato realizado por um militar das Forças Armadas é extremamente explorada em cunho nacional.

Vive-se uma época de transparência, em que tudo é acompanhado, tornando as instituições suscetíveis aos questionamentos sobre os mais diversos assuntos de interesse da sociedade. O “olhar do mundo” está mais próximo de todos; os erros estão mais próximos dos outros, e o que dá significado à imagem são os valores associados a ela.

Atualmente, a velocidade dos meios de comunicação, aliada ao fenômeno da globalização, pode contribuir para o agravamento e para a expansão de um fato ou ação. Um ato local, em poucas horas, pode-se tornar um furo jornalístico com repercussões em âmbito nacional ou mesmo internacional.

Há, contudo, a necessidade de a instituição estar preparada de forma planejada, para que ela própria possa explorar ações positivas realizadas por suas tropas em âmbito nacional e internacional e proporcionar melhor visibilidade da Força Terrestre perante a sociedade brasileira. Da mesma forma, tem de atuar como um negociador perspicaz na resolução de crises ocasionadas principalmente por falha de seus recursos humanos.

O militar do Exército Brasileiro, desde a sua formação em todos os níveis, precisa ser doutrinado sobre a sua importância perante a imagem institucional, no intuito de se evitarem crises ou incidentes inadequados, com repercussão na mídia.

A formação e o acompanhamento de seus integrantes por parte do Exército Brasileiro são fundamentais para a proteção de sua imagem, pois um ato negativo é capaz de anular todo um grande esforço realizado em qualquer tipo de missão desempenhada, sob o acompanhamento da sociedade e dos meios de comunicação. Nesse contexto, nota-se que noções básicas dos três ramos da Comunicação Social (relações públicas, informações públicas e divulgação institucional) deveriam ser tratadas já nas escolas de formação do Exército Brasileiro, sendo aplicados tais conceitos em exercícios no terreno, durante toda a carreira do militar.

Da mesma forma, todos os militares precisam compreender seus papéis nesse contexto, ou seja, como agentes fundamentais da Comunicação Social. A postura, a conduta, as mensagens que repassam, o comprometimento com a Força e a crença na Instituição geram reflexos positivos ou negativos para a imagem institucional.

Acontecimentos ocorridos em âmbito nacional, como a ajuda humanitária às vítimas de enchentes, em 2010, no Nordeste, e em 2011, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, devem ser muito bem explorados pelo Exército Brasileiro, principalmente no que diz respeito às ações realizadas por nossos militares nessas operações.

Tais ações, muitas vezes constituídas de atos heróicos, não podem perder a visibilidade perante a sociedade brasileira.

Do acima exposto, tira-se o ensinamento deixado pela revista *Military Review*:

[...] os militares devem o acesso ao público; devem informações oportunas e precisas. O público inclui os próprios militares, suas famílias, os contribuintes e o Congresso. As Forças Armadas precisam expor os fatos, sabendo que estarão concorrendo com outros grupos, acontecimentos e com seus inimigos, que estão ávidos em mostrar sua própria perspectiva sobre os eventos [...] (*MILITARY REVIEW*, 2011, p. 58)

Constata-se a importância que cada integrante do Exército Brasileiro tem ao fazer parte de uma instituição centenária, possuidora de uma história rica, que se mistura com a própria História do Brasil. Hoje, sabe-se que a preservação da imagem da Força Terrestre não é uma tarefa apenas da Comunicação Social, mas sim dos homens e mulheres que integram o nosso Exército e que são a Força da nossa Força. Perceber e compreender as múltiplas áreas do conhecimento envolvidas nos processos que determinam o *modus* de proceder institucional é dever de todo profissional que tem por objetivo, adequando-se permanentemente à realidade das mudanças sociais, defender os interesses da população a que serve, ou da instituição a que pertence.

O Exército precisa ser um excelente mediador, um gestor de relacionamentos efetivo e dialógico com os segmentos de interesse da Força. Para isso, precisa ser proativo, quebrar paradigmas e estreitar laços com a sociedade, trabalhando para o bem da nação e aproveitando todas as oportunidades para demonstrar a sua capacidade de trabalho, fortalecendo a sua imagem e as relações de vínculo e de confiança perante seus públicos.

O Exército Brasileiro, em sua vertente “Braço Forte”, deve primar pelo cumprimento das leis e das bases jurídicas, destacando-se pela demonstração de conhecimento dos direitos humanos e no trato com a população local, fazendo transparecer sua capacidade operacional na busca do cumprimento da missão sem a ocorrência de nenhum ato que denigra a sua imagem ao término da operação militar.

O crescente emprego do Exército Brasileiro em operações interagências, como as operações Hiléia Pátria, Ágata e em operações de garantia da lei e da ordem, em que se destaca a sua importante participação no processo de pacificação de comunidades da cidade do Rio de Janeiro, ressalta a necessidade da preparação dos militares quanto à preservação da imagem institucional.

Por outro lado, o Exército Brasileiro, na sua vertente “Mão Amiga”, deve realizar ações subsidiárias e cívico-sociais que impactam a sociedade brasileira, mexendo com a sensibilidade e as emoções desse público.

Os novos desafios que ora se apresentam têm sinalizado sobre a importância da concretização do Processo de Transformação do Exército Brasileiro. Nesse contexto, inclui-se a transformação de nossos recursos humanos, que necessitam estar cada vez mais capacitados a enfrentar os desafios inéditos que o Exército Brasileiro terá pela frente.

Desta feita, percebe-se que o homem cada vez mais representa a peça chave da engrenagem que movimenta a Instituição perante o ineditismo das missões do século XXI.

Major
ADRIANA FERREIRA RIBEIRO DE CASTRO

|
147
|

Pós-graduada em Língua Portuguesa

EXÉRCITO BRASILEIRO – “BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA”

Major ADRIANA FERREIRA RIBEIRO DE CASTRO
Pós-graduada em Língua Portuguesa

Para catalisar a opinião pública e a vontade nacional, várias estratégias de divulgação institucional são desenvolvidas, difundindo o trabalho, a relevância, os princípios e os valores militares que norteiam o “Braço Forte” e a “Mão Amiga” dessa Instituição perene e de Estado, que nunca faltou com a Pátria.

Ao reconhecer a importância da Comunicação Social e de suas ferramentas, em 1992, o Coronel da reserva Francisco Roselio Brasil Ribeiro, integrante, à época, do CCOMSEx, propôs, em uma das várias reuniões de pauta do Centro (*brainstorm*), o *slogan* “Braço Forte, Mão Amiga” para traduzir a complexa missão da Força e substituir o lema anterior “Exército: Segurança e Integração”. No mesmo ano, essa proposta, aceita e oficializada, direcionou a campanha da Semana do Exército no mês de abril e se perpetuou como uma “impressão digital” da Força Terrestre brasileira.

Há causas explícitas e subliminares que delineiam o sucesso duradouro do *slogan*, dentre as quais se destacam: a coerência com a história invicta dos campos de batalha do exército nacional; a adequação à realidade brasileira e aos valores modernos; e a sensibilização do EB quanto à responsabilidade social, revelada na proteção do meio ambiente, no auxílio às comunidades carentes, no atendimento à população em caso de calamidades, no desenvolvimento da infraestrutura nacional e no incentivo à cultura. Constata-se, em breve análise semântica do lema, a perfeita conjugação da atividade-fim, sintetizada no “Braço Forte”, com a atividade complementar, encerrada na “Mão Amiga”. Nos atuais cenários nacional e internacional, as duas atividades não só podem ocorrer simultaneamente como podem se complementar.

No tocante ao “Braço Forte”, o EB tem demonstrado, desde a sua formação em Guararapes no século XVII, perfeita integração com os interesses do povo brasileiro. Inicialmente, expulsou o dominador estrangeiro; em seguida, promoveu a Unidade Nacional, com a atuação heroica de seu Patrono, Caxias; escreveu novas páginas de vitórias na Guerra da Tríplice Aliança e na Segunda Guerra Mundial, além de ser protagonista na dissuasão de inúmeros conflitos.

A credibilidade de que o EB desfruta em nossa sociedade não advém apenas do desempenho forte e seguro do seu “Braço Forte”, mas também da “Mão Amiga” de um Exército constituído por homens e mulheres de todos os matizes sociais, vocacionados a contribuir com o progresso da Nação. O sentimento de solidariedade, traduzido pela “Mão Amiga”, manifesta-se em ações subsidiárias, como o tratamento humanitário aos povos indígenas; a educação básica das comunidades dos mais longínquos rincões do País; as missões de manutenção da paz, amenizando o sofrimento e as carências de povos irmãos; os atendimentos médico e odontológico das comunidades ribeirinhas da Amazônia e do Pantanal, dentre tantas outras importantes tarefas desenvolvidas pelo EB em prol da nossa gente.

O respeito e a admiração dos brasileiros pelo seu Exército comprovam que a legalidade da sua atuação, calcada nos princípios constitucionais; a estabilidade inerente às instituições democráticas; a legitimidade respaldada na grande confiabilidade; e a necessária coesão interna, conquistada pela ética e pela moral, suscitadas com o *slogan* “Braço Forte, Mão Amiga”, continuam a permear o dia a dia da caserna e a coordenar a perfeita engrenagem que une as peças fundamentais – **os Soldados de Caxias** – ao funcionamento dessa máquina nacional e inquebrantável chamada Exército Brasileiro.

Capitão
RICARDO RIBEIRO DE MELLO

|
151
|

Pós-graduado em Operações Militares

O ENSINO DO DIREITO INTERNACIONAL DO CONFLITO ARMADO NA FORMAÇÃO DO SARGENTO COMBATENTE DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Capitão RICARDO RIBEIRO DE MELLO
Pós-graduado em Operações Militares

O final da 2ª Guerra Mundial, deu-se a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 26 de junho de 1945, através da assinatura da Carta das Nações, na cidade de São Francisco. Esta elencou os propósitos para a atuação efetiva da ONU a partir de 24 de outubro do mesmo ano:

- manter a paz e a segurança internacional;
- desenvolver relações amistosas entre as nações;
- realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
- ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

O Brasil, como membro fundador da ONU e signatário das quatro convenções de Genebra e seus protocolos adicionais, segue as normas do Direito Internacional Humanitário, em especial, a parte aplicável aos conflitos armados, tal como o previsto no Art 83 do Decreto nº 849, de 25 de junho de 1993:

As Altas Partes Contratantes se comprometem a difundir o mais amplamente possível, tanto em tempo de paz como em tempo de conflito armado, as Convenções e o presente Protocolo em seus respectivos países e, especialmente, **a incorporar seu estudo nos programas de instrução militar** e encorajar seu estudo por parte da população civil, de forma que esses instrumentos possam ser conhecidos pelas Forças Armadas e pela população civil.

O Exército Brasileiro, alinhado com os dispositivos legais nacionais e internacionais, atua de maneira concordante com as obrigações assumidas, dirigindo a integração do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) às suas atividades a partir dos estabelecimentos de ensino militar (EB20-D-05.005) no que tange às condições de aplicá-lo.

A Escola de Sargentos das Armas (EsSA) é o estabelecimento de ensino que forma o sargento combatente do Exército Brasileiro, militar esse que irá liderar as pequenas frações em diversas situações problemas, em que o mesmo deverá estar em condições de tomar decisões dentro da ética profissional militar e alinhada com as normas que preconizam sobre sua ação, como as regras de engajamento de uma operação militar, por exemplo. Dessa forma, já incluiu em seu Plano de Disciplina (PLADIS) a carga horária de oito tempos para a instrução voltada ao conteúdo de DICA na disciplina de Ética Profissional Militar e em situações integradoras presentes no período básico.

O Projeto Interdisciplinar/2015 – Manobra da EsSA, para os alunos do Curso de Formação de Sargentos do CFS14/15, foi realizado no período de 28 de setembro a 2 de outubro de 2015, no Campo de Instrução General Moacir Araújo Lopes (CIGMAL), com os seguintes objetivos:

- integrar as disciplinas ministradas durante o curso
- preparar os alunos para enfrentarem problemas práticos inerentes à profissão militar antes de lançarem-se em ação como profissionais
- intensificar a atividade reflexiva
- desenvolver o espírito crítico
- conferir autoconfiança ao futuro sargento
- estimular a iniciativa
- desenvolver e evidenciar os atributos da área afetiva (AAA), tais como iniciativa, persistência, dedicação, liderança, cooperação, resistência e meticulosidade.

Além dessa oportunidade, o aluno recebe o conhecimento teórico de conflito armado internacional (CAI) e conflito armado não internacional (CANI) necessário para atingir o padrão de desempenho factual do

assunto. De posse desses conhecimentos e pelo método de ensino basilar empregado neste estabelecimento de ensino, onde as instruções focam a prática (aprender fazendo), o aluno é submetido a ações em cenários operacionais e táticos atuais, dentro do contexto de operações no amplo espectro, durante a Manobra Escolar do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), na Academia Militar das Agulhas Negras, Resende-RJ.

Seguindo a evolução da Doutrina Militar Terrestre, caracterizado o conflito de 4ª geração, com atuação em amplo espectro, combate não linear e assimétrico, o exercício militar se modernizou. O ambiente é caracterizado pela oportunidade de integração entre os alunos dos diversos cursos de formação de oficiais e sargentos (CFO/CFS), com o emprego das unidades constituídas em operações de estabilização e apoio, operações de apoio à informação, evacuação de civis, operações interagências, assistência humanitária e ações cívico-sociais, entre outras.

Inserido neste novo contexto do combate moderno, o DECEX conduz a manobra de maneira interdisciplinar, possibilitando o contato do aluno da EsSA com uma gama de meios modernos e atuais do nosso Exército, dos quais se destacam a utilização de aeronaves de asa rotativa (helicópteros), da portada Ribbon Bridge, do sistema C2 em combate, do emprego de militares especializados em Comunicação Social e correspondentes de guerra junto às unidades de manobra constituídas, carros de combate Leopard M1 A5, Destacamento de Guerra Química, Biológica, Radiológica e Nuclear, dentre outros.

Assim sendo, no cenário de conflito armado, em que as partes se constituem de pequenos grupos operativos, cujo desfecho é decidido em um número muito grande de pequenas ações, fica evidenciado que o militar, independente do grau hierárquico, necessita operar taticamente calcado na lei que ampare seu objetivo estratégico.

KARINE CHACON BRASIL

|
155
|

Graduada em Comunicação Social: publicidade e propaganda

ATUAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR NA FRONTEIRA

KARINE CHACON BRASIL

Graduada em Comunicação Social: publicidade e propaganda

156 | Eu tinha 24 anos, estava noiva há menos de um ano, havia chegado há alguns meses do exterior, após ter morado fora por um curto período. Preparava-me para subir ao altar e me casar com um militar do Exército Brasileiro, quando recebi a notícia de que o meu futuro marido serviria em Cucuí, na tríplice fronteira do Brasil com Venezuela e Colômbia, no Amazonas. Eu desconhecia completamente esse lugar. Nunca havia ouvido falar a respeito. Não sabia nem ao menos que Cucuí fazia parte de uma região brasileira. Curiosa, pesquisei muito. Li livros, assisti a documentários, ouvi depoimentos de pessoas que já moraram lá. E quanto mais me informava, mais amedrontada eu ficava.

Muitas pessoas me relataram experiências vividas em longínquas fronteiras espalhadas pelo Brasil. Estava prestes a me deparar com uma realidade bem diferente da minha, num lugar completamente isolado da civilização. Senti medo de ter que enfrentar essa mudança radical em minha vida. Senti medo de abandonar os estudos, a profissão; senti medo de contrair uma doença tropical; senti medo de ficar longe da minha família. Na tentativa de minimizar esse sentimento, procurei não mais o potencializar. Eu precisava focar no que realmente me traria coragem para enfrentar o desafio que estava prestes a viver.

Passei a pensar positivamente, pois, naquela remota localidade, eu haveria de encontrar motivações para seguir minha vida. Tudo dependia de mim, da minha mente, da minha vontade de querer estar ali...

Cheguei a Cucuí de barco, depois de um dia e meio de viagem. Ali moravam em torno de 1.000 habitantes indígenas e 17 famílias militares. Uma realidade que, para muitos, chocaria.

O silêncio me incomodou. Eu estava acostumada com a confusão

da cidade grande. Morar em Cucuí fez-me perceber como a simplicidade é valorosa e como podemos ser felizes com tão pouco.

Eu não era a única esposa de militar que havia aceitado morar naquelas condições precárias, sem um mínimo de conforto, para acompanhar o marido em sua missão de servir à Pátria. Uma realidade pouco conhecida. Afinal, normalmente escuta-se falar da bravura dos guerreiros de selva, esquece-se das guerreiras que estiveram na retaguarda durante toda a luta. O que muitos não sabem é que a maioria delas se envolve em atividades em prol das comunidades carentes das regiões brasileiras, que elas têm uma luta diária, um árduo trabalho voluntário de amor ao próximo por onde passam, e que elas também representam, de maneira significativa, a Pátria brasileira.

A união dessa mistura de guerreiros, o amor à Pátria e o amor ao próximo resultam na conquista de bons resultados e da confiança da comunidade pelo pelotão de fronteira, resultam nos laços de amizades estabelecidos durante as ações, os quais se tornam o elo mais forte e mais próximo que temos na fronteira. Por isso a importância de se saber lidar com todos os povos, todas as raças, as culturas e as adversidades.

Em Cucuí, conheci um grupo de voluntárias, esposas de militares, que residiam em São Gabriel da Cachoeira. O grupo se chamava Jovens Guerreiras e as atividades desenvolvidas por ele aconteciam naquela cidade, que ficava a um dia e meio de viagem de barco do Distrito de Cucuí. Por ter visto com os meus próprios olhos a triste realidade daquele distrito, busquei, com elas, soluções para os problemas observados.

Éramos uma grande família, composta por militares, esposas e filhos que se uniram em prol de um bem maior: a melhoria da qualidade de vida dos indígenas da região.

Naquele período, conseguimos construir, com materiais doados e vindos de Brasília e de outras regiões, uma sala de computação e uma barbearia para aplicarmos cursos profissionalizantes aos membros da comunidade. Também construímos uma brinquedoteca, onde realizamos atividades lúdicas educativas e aulas de teatro para as crianças. Com outras doações de diversas instituições e de pessoas, construímos um parquinho que levou vida e alegria àquelas pessoas.

Foram dois anos em que desenvolvemos diversos cursos profissionalizantes com o apoio do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), que conferiu certificados aos alunos. Além disso, o Exército Brasileiro prestou apoio com o transporte de materiais doados e com a alimentação e a hospedagem dos professores. Para concluir, formamos em torno de mil pessoas em São Gabriel da Cachoeira e nos Pelotões Especiais de Fronteira da região.

Carrego comigo os ensinamentos de uma luta diária por dois anos, quando estivemos diante de corajosos e solidários soldados e seus familiares, em especial, suas esposas, aquelas que permaneceram ao lado de seus maridos até o final da missão. Muitas delas largaram os estudos, abandonaram os trabalhos, colocaram-se em segundo plano para preservar um bem maior: a família.

Quando fui embora de Cucuí, eu e minha amiga Adriana Haas (esposa e filha de militar) demos início a um novo projeto social, chamado Rompendo Mais Fronteiras. Hoje a nossa equipe é composta por, aproximadamente, 60 mulheres voluntárias, em sua maioria, esposas de militares espalhadas Brasil afora. Temos em torno de dez grupos de whatsapp, separados por localidade e, por meio dessa comunicação via redes sociais, damos suporte às cidades contempladas pelo projeto.

Dessa maneira, reimplantamos cursos profissionalizantes na fronteira do Brasil, em Cucuí. Retomamos uma iniciativa de extrema importância na minha vida e na vida dos moradores daquele lugarejo.

Mesmo morando em vários rincões do País, a família militar, de uma maneira ou de outra, sempre permanece unida com o intuito de apoiar comunidades carentes do Brasil. Sentimos orgulho por termos um projeto que, com poucos recursos, mantém o trabalho solidário ativo e o foco em áreas fronteiriças brasileiras.

A atuação dos militares na fronteira é essencial para as regiões mais distantes e de difícil acesso, não apenas pela defesa da Pátria e pela preservação da Amazônia, mas, também, pela ação cívico-social exercida pela família militar, que é um trabalho voluntário e muito honroso para todos os seus integrantes.



EXÉRCITO BRASILEIRO

Braço Forte - Mão Amiga